A SEMANA
na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

04 a 10 de OUTUBRO de 1992 Nº 58

ANGOLA: A reação da UNITA a provável vitória do MPLA.

Os números apresentados até o momento concedem a vitória já no primeiro turno das eleições presidenciais ao canditado do MPLA José Eduardo dos Santos. Entretanto, a maior preocupação é a reação de Jonas Savimbi a este fato. Anteriormente, já havíamos mencionado que a certeza tanto do MPLA quanto da UNITA em uma vitória nas eleições tornara-se o principal fator de contenção das rivalidades. O término das eleições já no primeiro turno reacende a preocupação de todos aqueles que acompanharam o processo eleitoral.

O líder da UNITA recolheu-se à sua residência no bairro do Miramar sobre a proteção de sua guarda pessoal, logo após ter depositado seu voto no bairro do Kikolo. Os resultados iniciais assinalaram uma grande diferença em favor de José Eduardo. Em resposta a estes boletins iniciais a rádio Vorgan, estação da UNITA, apresentou um pronuciamento de Savimbi pelo telefone, onde este acusou o MPLA de fraude e roubos de votos. Nem mesmo os observadores internacionais foram poupados, pois o líder da UNITA afirmou que depende "única e exclusivamente da observação dos próprios angolanos" considerarem as eleições livres e justas. O ponto mais grave desta intervenção foi a afirmação de que existem homens e mulheres dispostos a darem suas vidas e que o caminho da guerra não será vencido pelo MPLA.

O pronunciamento na rádio Vorgan foi seguido por uma declaração de que a UNITA iria abandonar o exército único (FAA) em resposta as fraudes nas eleições. A ONU ao tomar conhecimento deste comportamento por parte da UNITA decidiu enviar uma comissão especial para fortalecer o processo de paz. Da mesma forma Jeffrey Millington, chefe da delegação norte-americana na CCPM, declarou que caso a UNITA tenha indicações de fraude, o caminho correto é a apresentação de provas ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE).

Todavia, nos bastidores começa a ser elaborado um plano para convencer Savimbi de que a derrota eleitoral não significa o fim de sua trajetória política. O próprio presidente José Eduardo já iniciou um processo de reconhecimento da importância de Savimbi, o que parece ser fruto das conversações entre o presidente e os responsáveis norte-americanos. O fundamental é evitar o retorno das armas e esperar o pronuciamemto final dos observadores do processo eleitoral.
(pp. 01 a 07) MB

NESTA EDIÇÃO:

Entrevista com Fátima Roque sobre as eleições p.03

As eleições em Angola no contexto africano p.07

Moçambique: Alguns pontos do acordo de paz. p.10

Guiné-Bissau só irá às urnas em 93. p.12

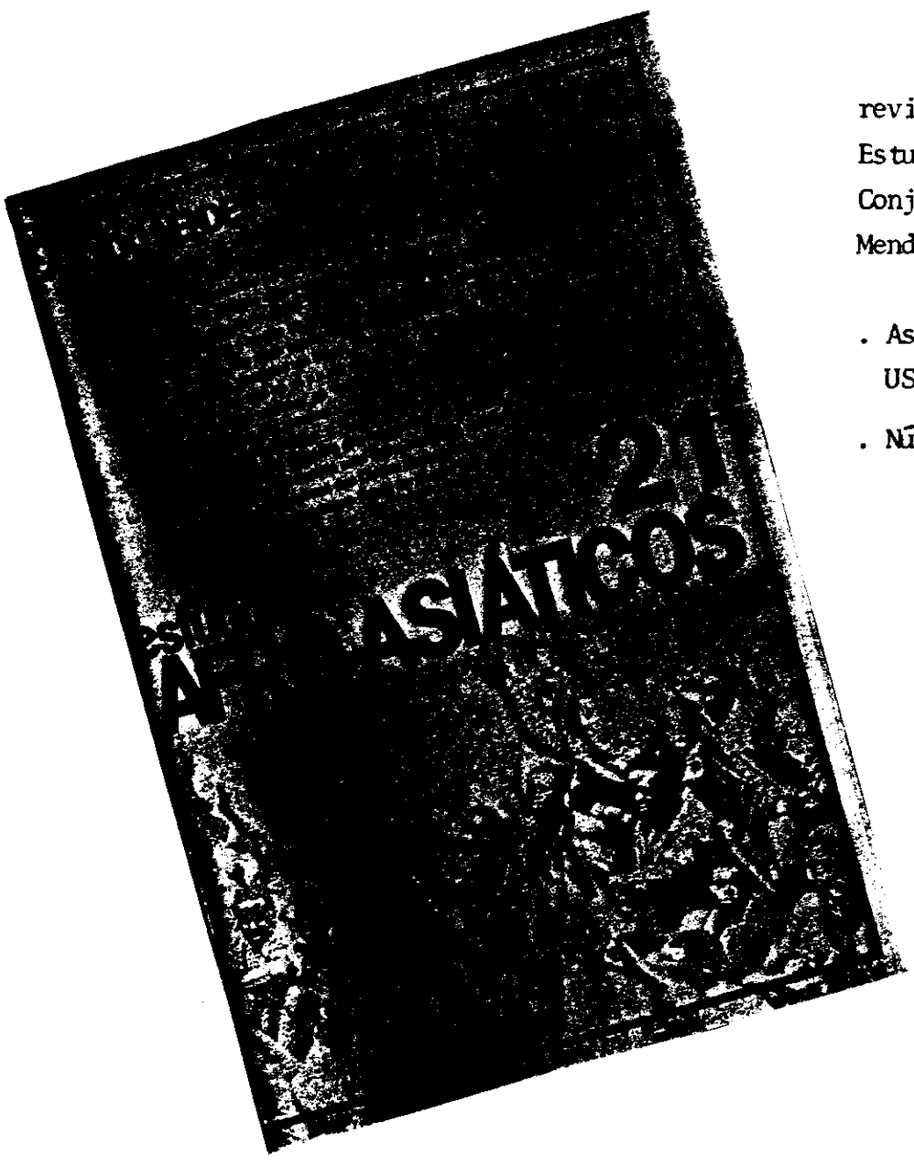
Bantustões apoiam Buthelezi p.12

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEAA do Conjunto Universitário Candido Mendes.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

MOÇAMBIQUE: Assinatura do acordo de paz gera esperança e apreensão. A luta, sem dúvida, continua.

Chissano, adotando um discurso bastante moderado, pareceu-nos correto ao afirmar que a Renamo — fruto de um processo em dissipação na África Austral que, com a descolonização, fora aguçado por conflitos ideológicos, racismo, belicosidade sul-africana, entre outros elementos —, não é a verdadeira inimiga do governo e da população moçambicana, pois, se o acordo de paz desde muito se tornara urgente, os problemas sociais e econômicos agravados por 16 anos de guerra precisarão de, no mínimo, dez anos para superarem o estado caótico em que se encontram. Enquanto os problemas se agravam, A. Dhlakama exige que a Renamo mantenha o controle e a administração, até as eleições, das zonas e da população rurais que afirma dominar: 84% do território e cerca de 7 milhões de pessoas.

O acordo assinado traz inscrito os termos jurídicos e diplomáticos da paz, mas não afasta a apreensão de que as partes efetivamente irão cumpri-los. O pós-cessar-fogo se prolongará num emaranhado e delicado processo de negociações que envolverão: a formação das futuras Forças Armadas de Defesa de Moçambique, a retirada das tropas estrangeiras do Zimbábue, da Tanzânia e do Malawi do território moçambicano, do controle ou extinção dos grupos paramilitares, a reintegração econômica e social da população deslocada ou refugiada e dos militares desmobilizados, o recenseamento, a revisão da lei eleitoral, a livre atuação dos partidos políticos, em suma, a construção ponto por ponto de um regime formalmente democrático, pluralista e de um Estado de Direito, e ainda não nos devemos esquecer da necessária e contínua luta para que Moçambique não se transforme em "uma nova Somália". (pp.8 a 12) EB



revista semestral do Centro de Estudos Afro-Asiáticos-CEAA, do Conjunto Universitário Candido Mendes.

. Assinatura anual - US$ 60.00 ou US$ 15.00 (correio aéreo).

. Número avulso

Uma campanha alegre

José Eduardo Agualusa, em Luanda

O assassinato de um militante da UNITA na passada sexta-feira à noite, em Luanda, e os pequenos incidentes que se vêm multiplicando um pouco por todo o país criaram na capital angolana um ambiente de alguma inquietação. Muitas pessoas recordam o início da guerra civil, em 1975, que transformou as principais cidades angolanas em campos de batalha.

Excluindo os trágicos acontecimentos que se seguiram à tentativa de golpe de estado de 27 de Maio de 1977, os dezassete anos de guerrilha não marcaram tanto as populações urbanas como aqueles dias loucos de 1975. Mas apesar deste ambiente de apreensão — ou talvez por causa dele — multiplicam-se em Luanda as festas públicas e particulares, com os mais conhecidos espaços de animação nocturna a rivalizar entre si.

E uma boa altura para recordar alguns episódios da campanha eleitoral que hoje termina. Onofre dos Santos e o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), que ele dirige, recolhem elogios de todos. A rapidez e a eficácia com que o CNE conseguiu proceder ao recenseamento e sensibilização das populações — uma operação fortemente apoiada pela CE, que despendeu para o efeito uma verba superior a dez milhões de dólares — impressionaram os observadores internacionais.

Onofre dos Santos, um angolano de origem portuguesa, durante vários anos representante da FNLA em Lisboa, tornou-se em poucos meses uma figura muito popular e ainda há poucos dias publicamente homenageado. Conta-se mesmo que algumas pessoas, interrogadas sobre o homem que gostariam de ver eleito Presidente da República, citaram o seu nome.

Quinze anos isolados

Os jovens brigadistas do CNE, que percorreram todo o país para explicar às populações o mecanismo eleitoral, são os heróis menos conhecidos de todo este processo. Alguns chegaram a carregar às costas, através das áreas mais inóspitas do interior angolano, as pesadas caixas contendo o material de propaganda do CNE. Alojados em tendas de campanha e alimentando-se de rações militares fornecidas pelo Exército norte-americano, muitos permaneceram dez, doze ou mesmo quinze dias em locais remotos, só acessíveis por helicóptero.

Uma destas brigadas, largada no interior da província da Huíla, encontrou uma aldeia que estivera isolada durante quinze anos. Com o auxílio de um tradutor, disseram ao povo que a guerra tinha acabado e explicaram em que consistia o recenseamento, a democracia, as eleições e o voto.

No fim, um dos brigadistas quis saber qual o candidato preferido pelos camponeses. Os aldeões ficaram em silêncio, até que um deles aceitou falar pelos outros: "Aqui na nossa, vamos todos votar no 'mais-velho'." "Qual 'mais-velho'?", insistiu o brigadista. "Eduardo dos Santos ou Jonas Savimbi?" Nem um nem outro: os camponeses queriam votar em Agostinho Neto.

Estórias de "gaffes", logros e enganos também há muitas. Uma das mais curiosas envolveu um aventureiro angolano, Raul Diniz, que em Lisboa já se tem feito passar pelo embaixador Rui Mingas e chegou, certa vez, a ocupar um importante cargo na SADCC — um organismo internacional que procura promover o comércio entre os países da África Austral — convencendo o antigo ministro dos Petróleos, Kassa Yombo, de que havia sido destacado para o lugar por José Eduardo dos Santos. Descoberto poucas horas depois de ser empossado, conseguiu fugir para Portugal.

Recentemente, apresentou-se à delegação da UNITA em Luanda, afirmando ser um jovem empresário, com grande influência no meio, e disponibilizando-se para participar na campanha eleitoral. Dias depois, aparecia num dos tempos de antena da UNITA na televisão, criticando o Governo angolano e apelando ao voto em Jonas Savimbi e na UNITA.

Contactado pelo PÚBLICO, um dirigente do movimento lamentou o sucedido: "É tanto mais difícil de explicar quanto é certo que muitos de nós já conhecíamos o homem." Outro dirigente da UNITA contou-nos que já antes Raul Diniz tentara fazer-se passar por oficial da segurança militar do movimento.

Português traiçoeiro

Os pequenos partidos dirigidos por angolanos do Zaire foram, desde o início da campanha, as principais vítimas da ironia huandense. Dominando muito mal a língua portuguesa, os dirigentes destes partidos foram protagonistas de alguns acidentes que a pequena história desta campanha guardou.

Foi o caso de Bengui Pedro João, do Partido Social Democrático. Interrogado por um telespectador sobre se tinha ou não estado no exílio, o presidente do PSD fez silêncio, franziu o sobrolho, escreveu qualquer coisa na sua agenda. Finalmente levantou a cabeça: "Exílio?", perguntou. "Mas quer dizer, exílio em que sentido?"

Um outro dirigente partidário, também regressado do Zaire, definiu a situação política e social que se vive em Angola com um neologismo, que corre agora de boca em boca: "A situação está engítica!" ■

Venceram os brasileiros

TERMINADA A campanha eleitoral, pode-se já falar num vencedor: os brasileiros da PROPEG, a empresa responsável pelo "marketing" político do MPLA. Recorde-se que foi esta empresa que organizou também toda a campanha de Collor de Mello no Brasil, curiosamente, para Angola, a PROPEG contratou uma equipa constituída em grande parte por técnicos que estiveram envolvidos na campanha de Lula. Com quase um ano para preparar a campanha e dispondo de excepcionais condições de trabalho, o pior inimigo dos brasileiros acabou por ser o próprio MPLA, cuja pesada máquina burocrática atrasou muitas decisões e impediu outras.

Ainda assim, o programa televisivo do partido no poder foi, quase sempre, o melhor espectáculo destes dias: imagens belíssimas, recolhidas um pouco por todo o país, temas musicais inteligentes — capazes de sobreviver mesmo para além do contexto para que foram produzidos — e algumas cartadas muito bem jogadas, como as inesperadas declarações de Adelino Manaças, médico que a UNITA reteve na Jamba durante vários anos. O MPLA parece ter ainda beneficiado de alguma condescendência por parte da direcção da Televisão Popular de Angola, TPA, e de outros organismos estatais.

Por exemplo, no domingo passado, no seu último programa, foram incluídas imagens da final da taça de Angola em futebol, um desafio que tinha terminado momentos antes. Facto estranho se atendermos a que, por determinação da TPA, as cassetes com os programas teriam sempre de ser entregues com 24 horas de antecedência.

A campanha televisiva da UNITA, mais do que publicitar a força do movimento, expôs as suas principais fraquezas. Desarticulados, sem fogo nem imaginação, os programas da UNITA limitaram-se a repetir imagens das multidões nos comícios presididos por Jonas Savimbi, a transmitir depoimentos de militantes ou a explorar a miséria e degradação da capital angolana. Para além dos quadros conhecidos do movimento — muito poucos —, quase nenhum rosto novo. A UNITA também não soube, ou não quis, responder aos ataques dos seus dissidentes, ignorando por completo todas as acusações respeitantes aos direitos humanos.

Quanto aos partidos não signatários dos acordos de Bicesse, também já é possível perceber quem ganhou e quem perdeu, independentemente dos resultados eleitorais. Ganharam os numerosos partidos de origem bakongo, que conseguiram fazer com que tanto Jonas Savimbi como José Eduardo dos Santos defendessem publicamente alguns dos seus pontos de vista — nomeadamente a angolanidade dos cidadãos vindos do Zaire. Ganharam o Partido Renovador Democrático, PRD, e a coligação Angola Democrática, AD, que demonstraram possuir um programa próprio para a reconstrução do país, apresentando um maior número de quadros que o movimento de Jonas Savimbi. Perdeu a Frente Nacional para a Libertação de Angola, FNLA, um dos três partidos históricos, signatário dos Acordos de Alvor, que se mostrou incapaz de unificar o seu eleitorado tradicional e deixou uma imagem de extrema fragilidade e ausência de ideias. ■

José Eduardo Agualusa, em Luanda

Chegou o dia da escolha de Angola

Adelino Gomes, António Matos, José Eduardo Agualusa (texto) e Luís Ramos (fotos), em Luanda

A menos de 12 horas do início da votação, a UNITA ameaçou não reconhecer os resultados das eleições legislativas e presidenciais de hoje e amanhã em Angola, caso não cheguem à província do Kuando-Kubango, no extremo sul do país, as urnas e os boletins de voto essenciais para que 133.161 mil recenseados ali exerçam o seu direito de voto. O aviso foi feito por Salupeto Pena, o representante da UNITA na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), e caiu como uma bomba política na quietude do chamado "dia de reflexão", vivido em ambiente de grande tranquilidade em todo o país.

A UNITA e o MPLA, candidatos indiscutíveis à vitória em ambas as eleições, comprometeram-se a respeitar o direito ao voto e a aceitar os resultados quaisquer que eles sejam, desde que mereçam a chancela dos observadores internacionais, entre os quais se encontram deputados da Assembleia da República e do Parlamento Europeu, personalidades políticas e membros de organizações não-governamentais, que acompanharão o acto eleitoral em Luanda, no Huambo, Lubango e Benguela.

Apesar de numerosos confrontos armados entre militares dos exércitos do MPLA e da UNITA — dissolvidos formalmente sábado à noite, sem que todos os seus membros tenham sido ainda desmobilizados — e do ambiente de tensão que, um pouco por todo o país acompanhou a realização dos comícios dos dois maiores partidos, os angolanos passaram as últimas horas recolhidos em casa, ou gozando com amigos o lazer da tolerância de ponto.

"Fala-se muito dos tiros, mas esquecemo-nos das coisas positivas que a campanha nos revelou", dizia-nos um angolano entusiasmado com a experiência inédita de liberdade experimentada nesta campanha. "Chega a ser comovente, ver-se aqui, nas ruas de Luanda, caravanas do MPLA a cruzarem-se com caravanas da UNITA, cada um a dar vivas àqueles em quem acredita".

Após os entusiasmos iniciais e (algumas) grosseiras tentativas de manipulação, nenhum dos dois principais candidatos arrisca publicamente avançar com números. O MPLA começou por divulgar uma sondagem da empresa angolana "Consensus" que lhe dava uma vitória por mais de 65 por cento, e fez constar que os números reais eram ainda superiores. Uma segunda sondagem que lhe aumentava o "score" eleitoral para mais de 70 por cento acabaria por nem sequer ser posta, pelo centro de imprensa local, à disposição dos jornalistas estrangeiros, como acontecera com a primeira.

Ninguém arriscava previsões. Após um período inicial de euforia da UNITA, assistiu-se a uma notável recuperação do partido no poder. "O MPLA é um

vorredor de fundo", comentava a propósito o governador de uma das 18 províncias do país. Esquecia-se do "empurrão" precioso que técnicos de comunicação e "marketing" eleitoral da empresa brasileira Propeg lhe vieram dar, a um preço que terá ficado acima dos dez milhões de dólares.

Os resultados só dentro de dois dias se conhecerão. Esta não é, porém, a única das *incógnitas* do processo iniciado em Maio de 1991 em Bicesse, Estoril. Apesar do compromisso de sábado, e das pressões dos observadores internacionais — em particular dos três países doadores do processo de paz, EUA, Rússia e Portugal — é *forte* a tentação para reacções de vingança por parte dos vencedores, ou de inconformismo por parte do vencido.

Paz, segurança e "ninjas"

A campanha do MPLA centrou-se toda em volta do seu candidato presidencial, José Eduardo dos Santos. À excepção do comício de encerramento em Luanda, sábado passado, foi sempre ele quem falou ao eleitorado, foi para ele que os cenógrafos brasileiros da Propeg fizeram apontar as luzes da ribalta. Para ele e para Ana Paula, sua mulher desde há um ano, e trunfo importante quando o principal adversário não quis ou não pode apresentar nunca, a seu lado, Ana Savimbi.

Explorando com argúcia a timidez de quem não consegue comunicar com uma plateia — e muito menos gritar uma palavra de ordem que se ouça ao fundo de uma sala — os seus estrategas decidiram fazer avançar "Zédu" para o palco tal qual ele é. Obtiveram como resultado a imagem mesma da paz e tranquilidade num contraste com a "agitação" de Savimbi e da sua máquina de propaganda, a saltarem de província em província, de ameaça em ameaça, como um "carrocel" que promete nunca mais parar.

O MPLA não existe, parecia querer dizer a campanha. E se existiu, alguma vez, foi aquilo que de melhor protagonizou — a independência nacional, a paz de Bicesse, o "aprofundamento" da democracia. "Quem intimida? Quem ameaça? Quem faz desmandos?", não se cansa de perguntar Eduardo dos Santos.

"O melhor aliado do MPLA tem sido Savimbi", diziam, a meio da campanha, os elementos da equipa de promoção do actual Presidente, ainda o líder da UNITA não tinha prometido "partir o focinho" aos ninjas, como são conhecidos os polícias antimotim. A criação desta unidade de intervenção urbana irritou Savimbi, que a viu como um subterfúgio do adversário para alterar em seu favor um equilíbrio militar laboriosamente negociado em Bicesse. Atento, dos Santos deixou-o enredar-se no tropel de impropérios contra a polícia. Num país onde a crise económica, a fome e a atomização do poder aliada à proliferação de armas de fogo criaram um "cocktail" explosivo de assaltos e crimes, não foi difícil ao candidato do MPLA pôr milhares de pessoas nos comícios a clamarem por mais protecção, mais segurança, mais "ninjas".

Os numerosos confrontos armados — sempre descritos pela informação oficial como provocados pela UNITA — e a renitência de Savimbi em permitir aos outros partidos que entrassem na Jamba para ali fazerem a respectiva propaganda eleitoral completaram o arco antidemocrático de que dos Santos se serviu para avisar os seus "amigos e compatriotas" de que a vitória do seu arquirival significaria "estender a ditadura da Jamba a toda a Angola".

Último a partir para a corrida — tão descrentes estavam os 250 membros dos seu Comité Central de poderem manter, em 1 de Outubro, os 250 Mercedes que aos seus cargos se ofereceram —, o MPLA deu-se ao luxo de prescindir do apoio de figuras da intelectualidade angolana, que sempre foram seus companheiros de estrada: Luandino Vieira não se viu, Rui Duarte de Carvalho manteve-se silencioso, Pepetela nem sequer veio recensear-se. Mesmo assim, terminou a corrida eleitoral dando a sensação de que lhe restava ainda fôlego político para a batalha da nova República.

Feito notável para o partido único há 17 anos no poder, e cujos dirigentes ainda há poucos meses pareciam convencidos da inevitabilidade da derrota.

Mudança e benefício da dúvida

A campanha eleitoral da UNITA centrou-se em duas mensagens iniciais: "Nós somos a mudança; dêem-nos o benefício da dúvida." Chamando a si os louros da conquista do multipartidarismo em Angola, o partido do galo negro esteve a reboque do seu líder, cujo discurso oscilou entre o apaziguamento e a ameaça. Savimbi procurou, assim, consolidar uma imagem de todo-poderoso: "Os angolanos gostam de um chefe duro e eu sou esse chefe", explicou aos jornalistas no início da sua jornada em Malanje.

Os seus apoiantes idolatram-no como "muata [chefe] da paz". Comunicador por excelência, nos seus comícios, em geral muito concorridos, o presidente da UNITA pouco falou, porém, dos programas de governo do seu partido. Usou uma cartilha de quatro temas: a polícia de emergência, a que chama "ninjas"; Cabinda; a angolanidade; o cubano e o russo. O auge da demagogia, atingiu-o quando prometeu mercedes às quitandeiras (Benguela) e responsabilizou em exclusivo o Governo pela situação de Cabinda (Namibe). O mesmo Savimbi que defende para África as fronteiras herdadas do colonialismo, de acordo com a carta da OUA.

Os "ninjas" foram o seu principal alvo. Na Gabela, no seu mais polémico discurso, ameaçou "dar-lhes no focinho". A polícia antimotim ou de emergência foi criada pelo Governo e treinada por espanhóis no princípio do ano, tendo feito a sua aparição durante a visita do Papa, intervindo depois nos confrontos de Malanje (Julho e Agosto) e no amotinamento de Cabinda (Setembro).

A questão da angolanidade seria outro dos seus temas preferidos — "Primeiro os angolanos", proclamou pelo país. A guerra contra a presença dos cubanos e russos foi habilmente utilizada como causa da destruição que o seu potencial de guerra espalhou pelo território. "Quem é que trouxe os cubanos para Angola?" "O MPLA", responde a turba. "Tudo o que foi destruído é da inteira responsabilidade do MPLA", conclui Savimbi (Namibe).

Surpreendente, face ao tom elevado do seu habitual discurso, Savimbi terminaria a sua campanha eleitoral com uma bem sucedida operação de "charme" junto do corpo diplomático acreditado em Luanda: "Sereno, apaziguador, uma verdadeira postura de Estado", foi como o caracterizou, na noite de sábado, uma personalidade estrangeira que participara num jantar "dançante". ■

A guerra dos números

A VITÓRIA do MPLA nas eleições gerais angolanas parece, à hora do fecho desta edição, garantida face aos elementos disponíveis. Quanto às presidenciais, embora o escrutínio não oficial feito pelos «media» aponte para uma vitória por maioria de José Eduardo dos Santos, podem não ficar resolvidas à primeira volta.

Ao princípio da noite de ontem, José Eduardo dos Santos continuava confortavelmente à frente de Jonas Savimbi, mas a maioria dos votos contabilizados provinha das áreas urbanas. Quando, a partir do meio da tarde, começaram a ser escrutinados os votos da província, começou a verificar-se uma tendência descendente do resultado do Presidente angolano.

O atraso do escrutínio teve origem em dificuldades de transporte entre os meios rurais e as delegações provinciais do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), segundo uma fonte das Nações Unidas ligada ao processo eleitoral.

Segundo o director-geral do CNE, Onofre dos Santos, se o aumento do ritmo de chegada ao CNE das actas das 5800 mesas de votos do país se mantivesse, cerca das zero horas de hoje estariam oficialmente escrutinados os resultados de cerca de 2500 assembleias de voto. Nessa altura, disse ao EXPRESSO Onofre dos Santos, ter-se-á **«uma dimensão mais exacta»** do sentido de voto.

Paralelamente ao apuramento oficial, a televisão e a rádio angolanas e a agência de informação Angop organizaram o seu próprio esquema de escrutínio — com resultados mais rápidos —, que tem sido alvo de contestação por parte da UNITA, apesar de não apresentarem grandes divergências quando comparados aos resultados oficiais provisórios **(ver mapa).**

«Com a introdução dos resultados do eixo Benguela-Huambo-Bié pode notar-se uma influência de voto étnico que favorece o líder da UNITA. O mesmo já sucedeu na Lunda com Honorato Lando — da etnia Tchokue —, que nada fazia prever que pudesse conquistar mais de um ponto percentual», afirmou uma fonte da CNN.

Outra das variáveis que estão a dificultar a avaliação dos resultados é o aumento do voto nulo. Com efeito, dezenas de milhares de votos foram anulados porque a cruz foi colocada entre as fotografias dos candidatos e não no quadrado reservado para o efei Também se tem verificado que muitos eleitores utilizam apenas um dos boletins de voto — o das legislativas —, levando para casa o das presidenciais.

Ontem de manhã, o secretário da UNITA para a Informação, Jorge Valentim, denunciou várias **«irregularidades graves cometidas no processo eleitoral»**, mas o partido de Jonas Savimbi apenas apresentou queixa *formal* ao CNE relativamente ao caso de Malange. O jurista Vitorino Hossi, representante da UNITA no CNE, afirmou que as catorze urnas desaparecidas se encontram **«nas mãos da polícia antimotim»**, que as teria ido buscar de helicóptero.

Fernanda Barão e Benjamim Formigo
enviados a LUANDA

RESULTADOS PARCIAIS DAS ELEIÇÕES EM ANGOLA

Eleitores inscritos: 4.828.626	Oficiais (20h00)		RNA/RTA/Angop (20h00)		Dados da Unita (só de 14 províncias)
Mesas escrutinadas	1.573		3.795		—
Votos escrutinados	1.222.713		2.676.686		—
Eduardo dos Santos	672.701	(61,7%)	1.396.437	(52,2%)	373.679
Jonas Savimbi	335.409	(30,5%)	726.328	(27,1%)	491.926
Holden Roberto	32.997	(3,0%)	65.855	(2,5%)	—
Nulos e brancos	123.037	(10,0%)	244.848	(9,1%)	—
Votos escrutinados	1.229.253		2.669.587		—
MPLA	701.020	(63,36%)	1.464.280	(54,9%)	439.128
UNITA	290.127	(26,22%)	625.658	(23,4%)	450.532
FNLA	36.309	(3,28%)	74.436	(2,7%)	—
Nulos e brancos	122.892	(9,90%)	306.802	(11,4%)	—

Fátima Roque, da UNITA, ao PÚBLICO

"Derrota será uma grande injustiça"

Do nosso enviado Adelino Gomes, em Luanda

A UNITA queria-a para ministra da Economia. Será, provavelmente, apenas deputada. Não diz se aceitaria participar num governo do MPLA. Até porque ainda acredita na vitória de Savimbi: "Como é possível que só 30 por cento dos angolanos tenham entendido o que se passou nestes 17 anos?" Tem 41 anos. Vive habitualmente em Portugal, onde é professora de Economia na Universidade Nova. Dispõe-se a vir para Angola, com uma das duas filhas.

PÚBLICO — Como se sente derrotada?

FÁTIMA ROQUE — Não me sinto derrotada ainda. Em primeiro lugar, porque sinto que nós, angolanos, já vencemos. No plano cívico e político, estas eleições foram uma prova de maturidade. O povo angolano já ganhou. Em segundo lugar, não posso retirar de uma percentagem de 17 por cento do total [escrutínio oficial de ontem a meio da tarde, quando esta entrevista foi efectuada] nenhuma conclusão, seja ela favorável ao MPLA ou à UNITA. Se se confirmar a vitória do MPLA, desejo que a ela se siga uma transformação radical do que foi este país nos primeiros 17 anos da sua independência.

P. — Acredita que o MPLA o faça?

R. — Não há alternativa.

P. — Se for convidada para um governo de unidade nacional do MPLA, aceita?

R. — Não tenho razão nenhuma para pensar que o MPLA me convide.

P. — Mas se for convidada?

R. — Novamente estaria a admitir que o MPLA ganhará. Mas se ganhar, realmente, tudo dependerá de uma série de condições. Sou militante da UNITA há muitos anos. Tenho uma grande admiração pelo programa de reconstrução nacional que a UNITA e o seu presidente sempre defenderam. Vou voltar. Dispus-me totalmente a participar na reconstrução do meu país. Posso fazê-lo na universidade, numa empresa.

P. — Como viu estas 24 horas em que Savimbi e o seu partido nunca apareceram no escrutínio oficial [aceite pela UNITA] acima sequer dos 30 por cento de votos?

R — Vou ser franca e dar-lhe uma resposta pouco política. Acho que é uma injustiça muito grande. Como é possível que só 30 por cento dos angolanos tenham entendido o que se passou durante estes 17 anos no seu país?

P. — Não será que passaram do apoio, há um ano, para o medo, face ao discurso e à imagem ameaçadores que a UNITA deu de si mesma nesta campanha?

R. — Talvez as pessoas não tenham entendido o discurso directo, frontal, aberto do presidente da UNITA. Determinados aspectos não terão sido enfatizados por ele nos comícios. Quando regressava a Portugal, por exemplo, notava que as pessoas tinham interpretado mal o que ele havia dito. A questão da angolanidade, por exemplo, entendiam-na como uma indicação de que ele recusava a cooperação, o que não corresponde obviamente à verdade.

P. — Não me refiro aos portugueses, mas aos angolanos. Foram eles quem votou...

R. — Aceito que, provavelmente, o presidente da UNITA apresentou as coisas fundamentais de uma forma muito frontal, com muita força, e que isso tenha confundido as pessoas.

P. — É ou não verdade que entre os discursos programáticos da UNITA e do MPLA, no capítulo económico, há, hoje, poucas diferenças?

R. — Há realmente um consenso entre os dois grandes partidos na identificação dos problemas e na sua solução. Faltou, no passado, unidade, houve má gestão e uma certa incompetência, o que não quer dizer que a UNITA pudesse ter feito melhor. Todos juntos, hoje, temos obrigação de contribuir para o processo de paz.

P. — Uma das grandes incógnitas destas horas que Angola está a viver diz respeito à forma como a UNITA reagirá à derrota. Consegue visualizar um cenário em que Savimbi se conforme com o lugar, por exemplo, de chefe da oposição no Parlamento da Angola democrática?

R. — Não tenho qualquer dúvida. Assisti a várias reuniões da Comissão Política do partido. Isso era uma hipótese, embora académica, pois pensámos sempre que íamos ganhar. Mas, perante ela, a UNITA e o seu presidente definiram como posição a necessidade de participarmos no processo de democratização do país, na reconstrução nacional e na reconciliação dos angolanos. É importante que os angolanos tenham encontrado finalmente a sua dignidade. E a dignificação das instituições de Angola não será nem o MPLA nem a UNITA que a farão sozinhos. Ora, a Assembleia é a melhor instituição.

P. — É candidata pelo círculo nacional. Sabe se já foi eleita?

R. — Não sei. Mas, se for, será para mim uma grande honra. Sentir-me-ei muito orgulhosa como deputada do primeiro Parlamento eleito democraticamente em Angola. ■

JOSÉ RIBEIRO

"Como é possível só 30 por cento?"

Comentário

José Eduardo Agualusa

PÚBLICO
SEGUNDA-FEIRA 5 OUTUBRO 1992

Razão étnica vence ideologias

ONTEM à tarde, quanto faltavam menos de um milhão de votos para definir exactamente a composição do futuro Parlamento angolano, uma coisa era já certa: esse Parlamento não vai representar ideias, mas culturas. Os votos obtidos pela UNITA acompanham quase ponto por ponto as áreas de concentração de ovimbundus, a mais importante etnia angolana. Huambo, Benguela e Bié votaram massivamente no movimento de Jonas Savimbi; em Luanda, os números obtidos correspondem ao da enorme comunidade de refugiados do Sul; no Namibe, coincidem com o da comunidade de pescadores de língua umbundu. Um pouco por todo o país representam a diáspora ovimbundu. Os dirigentes não ovimbundus da UNITA — alguns brancos e mestiços, mbundus, tchokwes e quanhamas — dão ao movimento algum carácter nacional, mas o seu eleitorado é efectivamente étnico. No total, a UNITA deve conseguir eleger 68 a 90 deputados.

O terceiro partido mais votado, a FNLA, obteve a larga maioria dos seus votos na província do Zaire, onde contou com o apoio decisivo das velhas famílias da aristocracia bacongo, a que pertence Holden Roberto. Embora penalizada no Uíje, que nunca perdoou a Holden o abandono dos seus principais comandantes de guerrilha, a FNLA somou votos em todas as áreas de concentração de populações de língua quicongo. Os pequenos partidos francófonos, com quem a UNITA estabeleceu uma estranha aliança, não conseguiram sequer aliciar os chamados retornados do Zaire, os quais terão votado também na FNLA. O movimento de Holden Roberto é capaz de conseguir eleger três deputados.

O Partido Renovador Social (PRS), de língua tchokwe, era praticamente desconhecido até ao dia cinco deste mês, quando começaram a surgir os primeiros resultados. Apareceu então como o segundo partido das Lundas, a seguir ao MPLA, e muitos angolanos abriram a boca de espanto. Vai ter pelo menos dois representantes no futuro Parlamento, sendo de prever que alinhará com o MPLA para a generalidade das questões de natureza política, mas defenderá posições muito próprias em tudo quanto diga respeito ao destino das Lundas, com destaque para a exploração e comércio de diamantes. O PRS obteve ainda excelentes resultados no Moxico, também de maioria tchokwe, e votos dispersos no resto do país. Os tchokwes, um dos raros povos angolanos que não sofreram com o tráfico de escravos, mantiveram sempre uma postura de grande independência face a todos os poderes e com a abertura democrática começaram a organizar-se em estruturas de inspiração nacionalista.

O MPLA surge como o único grande partido verdadeiramente nacional, congregando representantes de quase todos os povos que constituem Angola. Porém, até ele funcionou como um movimento de base étnica. Os mbundu, de língua quimbundu, e o chamado grupo crioulo — que agrupa as pessoas de língua materna portuguesa, brancos, negros e mestiços, com uma tradição urbana — votaram quase todos no partido de José Eduardo dos Santos, o qual deverá conseguir entre 128 e 138 lugares no futuro Parlamento. Outros pequenos partidos de base crioula e mbundu, como o Partido Renovador Democrático (PRD) e a Angola Democrática (coligação AD), talvez consigam eleger também um representante cada um. Quem já o conseguiu foi o Partido Liberal Democrático (PLD), que parece ter beneficiado do facto de figurar no último lugar da lista dos partidos políticos; mas também é possível que Anália, também conhecida por "Mamã Coragem", tenha convencido muitas mulheres a votar no seu partido, já que centrou toda a sua campanha no apelo feminista.

Ideologicamente, cada um dos grandes partidos é um pequeno parlamento. O MPLA tem nas suas listas desde ideólogos estatistas, como o poeta João Melo, a empresários muito bem sucedidos, como Melo Xavier; na UNITA confundem-se os defensores do neoliberalismo, com a economista Fátima Roque à cabeça, com os partidários do socialismo tanzaniano. A maioria dos futuros deputados evita situar-se em termos ideológicos. ■

PÚBLICO SÁBADO 3 OUTUBRO 1992

*Fernando Marques da Costa**

Um voto virado para o futuro de Angola

OS ANGOLANOS quiseram todos votar. Fizeram-no calmamente, quase com doçura. A sua serenidade é o pano de fundo ideal para que vencedor e vencidos aceitem prontamente os resultados e se preparem para o papel que a ambos a democracia confere. Pena é que a lentidão do processo de divulgação do apuramento vá adiando esse momento, transportando consigo a tensão natural que ambas as partes não deixarão de sentir. A proclamação do vencedor é só o que falta para coroar com sucesso este extraordinário momento.

Os resultados traduziram em expressão eleitoral algumas das linhas de força da História de Angola. E esse facto é tão relevante para o futuro do país como a opção de voto maioritariamente expressa. A democracia fornece uma nova metodologia para exprimir essa história e as tensões que ela comporta. Faltará agora encontrar a expressão do contrato político que é necessário fazer com essa realidade. O sistema eleitoral adoptado comporta mecanismos que a distorcem, mas não evitam. E ela veio ao de cima em toda a sua clareza.

O futuro governo herda deste período de transição pesadas tarefas. No essencial fruto

O futuro governo herda deste período de transição pesadas tarefas. No essencial fruto dos incumprimentos, ou dos cumprimentos puramente formais dos acordos de paz. Sobretudo nos domínios militar e da administração do território. A aceitação serena dos resultados é fundamental para que esses problemas se resolvam de forma expedita. Esse é o desejo expresso pelos angolanos no modo como participaram nestas eleições. Esse será sem dúvida o primeiro exemplo de cometimento no novo sistema democrático que os partidos quererão dar. Essa será sem dúvida matéria que a comunidade internacional não descurará antes que a sua atenção se concentre noutra parte do mundo.

A intensão dos votos já apurados aponta como vencedor José Eduardo dos Santos e o MPLA. A democracia legitima-lhes agora o poder. Mas, do que observei ao longo de todos estes meses, em que no terreno fui acompanhando este processo, penso que o que os eleitores quiseram exprimir foi uma opção sobre quem deve conduzir o futuro, mais do que uma avaliação sobre o passado. Esta parece-me ser uma sensibilidade que não pode ser ignorada por quem quer dar a Angola o futuro certo. ■

*** deputado socialista, observador das eleições em Angola**

Jeffrey Millington

PÚBLICO
DOMINGO 4 OUTUBRO 1992

Processo irreversível

"Se a UNITA tiver algumas indicações de fraude ou irregularidades, deve avançar com provas e pôr as suas preocupações na mesa", afirmou ontem Jeffrey Millington, chefe da delegação norte-americana na Comissão de Coordenação Político-Militar (CCPM).

"Os mecanismos existem para investigar essas reclamações e eles [UNITA] devem utilizá-los", acrescentou Millington, citado pela agência LUSA, à saída de uma audiência com o Presidente angolano cessante, José Eduardo dos Santos.

Na opinião do emissário americano, que ele diz ser coincidente com a posição do Departamento de Estados em Washington, o processo eleitoral "continua a correr positivamente e é irreversível".

"Estamos a atravessar um período de alguma tensão, mas acho que o Governo e a UNITA têm que acalmar os seus simpatizantes. Temos que avançar com calma e também com confiança. A UNITA e o Governo têm mostrado grande capacidade de resolver problemas nos últimos 16 meses de paz", observou.

Millington está optimista, sobretudo porque as Nações Unidas "ainda estão cá, ainda estão a acompanhar o processo e, no final, vão fazer uma declaração sobre as eleições".

PÚBLICO SEGUNDA-FEIRA 5 OUTUBRO 1992

Savimbi ainda acredita na vitória

Dos nossos enviados
Adelino Gomes, António Matos
e Luís Ramos (fotos)
em Luanda

Dirigentes da UNITA já reconhecem a derrota nas legislativas, mas acreditam ainda que o seu líder vai ganhar as presidenciais. Savimbi também, e daí a sua inesperada mensagem de sábado. Cohen telefonou a convencê-lo de que os vencedores o tratarão com a dignidade merecida. Eduardo dos Santos enviou-lhe um mensageiro com a mesma promessa.

A UNITA promete que os votos do Sul vão trazer surpresas

Um grupo muito restrito de altos dirigentes da UNITA que rodeia Jonas Savimbi desde o dia da votação forneceu-lhe números de tal modo eloquentes que o líder da UNITA se convenceu da vitória. A sua inesperada mensagem de sábado, afiançando que ia à frente, traduziria simplesmente — a confirmarem-se estas informações, obtidas de fontes da UNITA — a indignação genuína de um líder político perante aquilo que considerava como uma fraude gigantesca do seu adversário histórico, o MPLA.

Ainda ontem à tarde, quando os computadores do Conselho Nacional Eleitoral, contabilizados mais de três milhões de votos, lhe atribuíam apenas 37,52 por cento (contra 53,06 a Santos), as contas da UNITA mantinham que o seu líder ganharia por um pouco mais de 50 por cento. Pela primeira vez, contudo, os homens da Jamba surgiam conformados com uma derrota nas legislativas, em que a diferença entre os dois partidos era quase o dobro daquela que separava os seus dois candidatos (ver caixa).

Apesar de, até à hora do envio deste despacho, a UNITA não ter admitido publicamente a derrota e de Jorge Valentim ter reafirmado, em conferência de imprensa, que os "votos das províncias de Huambo, Bié e Kuando Kubango vão trazer surpresas", um dirigente deste partido revelou em privado que a vitória do MPLA era tida já como certa, mesmo pelo pequeno grupo que isolou praticamente Savimbi do contacto com o exterior.

Desse grupo, em que parece desempenhar papel preponderante o chefe da ala mais dura, Jorge Valentim, o extrovertido secretário para a Informação, fariam parte ainda Salupeto Pena, representante da UNITA na CCPM e sobrinho de Savimbi, o brigadeiro Kalias, chefe de gabinete do líder da UNITA, e o major Jojó.

Carta de Eduardo dos Santos

"Savimbi fechou-se e não quer ver ninguém", disse ao PÚBLICO o general António França "N'dalu", a quem o Presidente José Eduardo dos Santos encarregou, sábado à tarde, de fazer um primeiro contacto com o líder da UNITA, na perspectiva de um encontro que apaziguasse a tensão pós-eleitoral. N'dalu, que partilha a chefia do Estado-Maior General das Forças Armadas de Angola (FAA) com o general Arlindo Pena "Ben-Ben", da UNITA, é um dos raros dirigentes da MPLA aceites por Savimbi.

A fazer fé em N'dalu, o líder da UNITA não se disponibilizou para o encontro — como de resto tem feito com numerosas personalidades que tentam convencê-lo a encarar a realidade dos factos e mostrar-lhe que uma derrota eleitoral não significa, em democracia, o aniquilamento de um líder.

Uma fonte que pediu o anonimato garante, porém, que Savimbi recebeu através de N'dalu uma carta de Eduardo dos Santos, que mostrava total disponibilidade para analisar as suas queixas e lhe proporcionar as garantias consideradas compatíveis com a sua dignidade.

No mesmo sentido, terá sido a "mensagem pessoal" que o secretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, dirigiu ao líder da UNITA e que a rádio oficial reproduziu. Ao mesmo tempo que o instava a aceitar os resultados eleitorais, Cohen dizia-lhe que José Eduardo dos Santos "assegurou (aos EUA) que Savimbi desempenhará um importante papel no processo de reconciliação nacional".

Vida normal

Pela primeira vez desde o acto eleitoral, a vida parecia ter retomado inteira normalidade na capital angolana, com os luandenses a gozarem o sol quente da tarde e vendedores e compradores a animarem o sujo mercado ao ar livre "Roque Santeiro", e o mercado de artesanato, ao quilómetro 17 da estrada para a barra do rio Kuanza.

A televisão, a rádio e o "Jornal de Angola" continuam a ignorar os protestos de Savimbi e o apoio implícito da FNLA que ontem lhe deu ao emitir um comunicado denunciando "a intenção do partido no poder de manipular os resultados eleitorais", o que poderá mergulhar Angola "num caos". Apesar da censura à imprensa estatal, a população parece conhecer o que está em jogo através do mais antigo meio de informação do mundo, a comunicação interpessoal, sendo possível em contactos de rua recolher opiniões formadas sobre as denúncias da UNITA, os argumentos do MPLA, e até o futuro de Savimbi dentro da UNITA, um tema que militantes deste partido não se [illegible] de abordar.

Depois das declarações apaziguadoras e de confiança na fiabilidade dos resultados oficiais proferidas sábado, pelo representante dos EUA na CCPM, Jeffrey Millington, responsáveis do CNE garantiram ontem, em sucessivas entrevistas, que as queixas vão ser investigadas e que explicações serão fornecidas hoje à tarde aos representantes dos partidos, à CCPM e a Margaret Anstee, a representante do secretário-geral da ONU. ■

Resultados oficiais, ao fim da tarde de ontem, divulgados pelo Conselho Nacional Eleitoral

Candidatos	Votos	%
José Eduardo dos Santos	1.474.865	53.6%
Jonas Savimbi	1.043 105	37.52%
Holden Roberto	65.367	2.35%
Alberto Neto	52.566	1.89%
Honorato Lando	44.386	1,6%
Luís dos Passos	35.274	1.27%
Bengui Pedro João	23.097	0.83%
Simão Cacete	16.570	0,6%
Daniel Chipenda	12.771	0.46%
Analia Victoria Pereira	6.656	0.24%
Rui Victoria Pereira	5.142	0.18%
Total	3.179.290	
Nulos	241.278	8.68%
Brancos	158.193	5,69%

Partidos	Votos	%
MPLA	1.593.296	56.83%
UNITA	893.902	31.91
FNLA	72.028	2.57%
PLD	58.368	2.08%
PRS	54087	1.93%
PRD	22.249	0.79%
PSD	20.965	0.75%
AD- Coligação	20.584	0.73%
PAJOCA	9716	0.35%
FDA	8779	0.31%
PDP/ANA	7905	0.25%
CNDA	6882	0.25%
PSDA	6643	0.24%
PNDA	6070	0.22%
PAI	5791	021%
PDA	5029	0.18%
PDLA	4908	0.18%
PRA	3.987	0.14%
Total	3.201.490	
Nulos	188.114.	6.72%
Brancos	212.165	5,57%

Savimbi desafia MPLA e diz que vai à frente nas eleições de Angola

PÚBLICO
DOMINGO, 4 OUTUBRO 1992

Declaração de guerra ou murro na mesa?

Das nossas enviadas
Adelino Gomes
e Leila Ramos (fotos)

Savimbi surpreendeu mesmo alguns membros da UNITA. "Declaração de guerra" ou "murro na mesa", fuga para a frente ou "canto do cisne", a sua mensagem ao país mobilizou militares, políticos, diplomatas, baloiçando no seu "bunker" no bairro de Miramar, em Luanda, compete-lhe agora [illegible] prova. Da negociar uma saída com José Eduardo dos Santos.

Os estados maiores do MPLA e da UNITA encontravam-se reunidos em locais separados ontem à noite, em Luanda, depois de Jonas Savimbi ter declarado que vai à frente nas eleições, e acusado o governo do seu rival José Eduardo dos Santos de "roubar as urnas" e de "desviar os votos" do acto eleitoral da semana passada em Angola. Na linha do que definiu como posição para todo o processo eleitoral, o MPLA declarou que não vai reagir ao desafio de Savimbi, e aguardará a divulgação dos resultados oficiais, que continuam a dar uma maioria absoluta — agora por percentagens menos expressivas — a José Eduardo dos Santos e ao seu partido.

Legitimado pelos resultados oficiais de umas eleições que observadores internacionais continuam a considerar "livres e justas", o MPLA poderá então "redimensionar" o estatuto de que Savimbi goza neste momento, por força dos acordos de Bicesse, que consagraram para o líder da UNITA uma situação de "presidente da República paralelo".

Savimbi, que ninguém vê desde a tarde do primeiro dia das eleições, quando votou no bairro do Kikolo, nos arredores da capital angolana, refugiou-se na sua residência do elegante bairro de Miramar, onde soldados fortemente armados reforçaram nos últimos dias a sua guarda pessoal, cujo comportamento intimidatório levou a maioria dos habitantes do quarteirão a sair de casa.

Apesar da notícia se ter espalhado de imediato, e da mensagem de Savimbi se ter transformado na nova condicionante de todo o processo eleitoral, a Rádio Nacional ignorou a notícia no seu jornal principal do dia, cujo título de abertura falava numa "Angola tranquila e serena" que continuava "a acompanhar os resultados das eleições".

A surpresa Savimbi

Os angolanos, acostumados a complementar a visão oficial que a televisão e a rádio lhe fornecem diariamente com a escuta da rádio Vorgan, a estação da UNITA, haviam sido surpreendidos ontem ao princípio da manhã, com uma mensagem de Jonas Savimbi ao país. Gravadas ainda durante a madrugada, por telefone, as palavras do presidente da UNITA quebraram um silêncio que durava desde terça-feira, 29, quando, depois de votar, garantiu que não só respeitaria os resultados eleitorais quaisquer que ele fossem, como se dispunha a "cooperar para a reconstrução" do país.

"O MPLA está a mentir. Em todas as províncias, quem está à frente, tanto nas legislativas como nas presidenciais é a UNITA", proclamou Savimbi, garantindo ter provas de "fraude, de violação, e de roubo de votos" que o seu partido apresentará "paulatinamente". Numa reacção de desagrado aos praticamente unânimes elogios ao processo eleitoral por parte dos cerca de 400 observadores internacionais que aqui se deslocaram, Savimbi disse que depende "única e exclusivamente da observação dos próprios angolanos" considerar as eleições livres e justas.

Na parte mais polémica da sua intervenção, Savimbi disse que "se o MPLA quer enveredar pelos caminhos da guerra, sabe que esta guerra nunca será ganha", chamou a "atenção do MPLA de que há homens e mulheres "dispostos a dar as suas vidas" e apelou a todos os militantes para se manterem "nos seus postos" para cumprirem "as instruções que receberem" (ver texto pág. 14)

Foi uma autêntica "declaração de guerra", reagiu um elemento da direcção do MPLA em declarações à correspondente da agência Lusa. Acusados de "instrumento nas mãos do Futungo", responsáveis do Conselho nacional eleitoral (CNE), onde têm assento representantes da UNITA, responderam reiterando a fiabilidade dos resultados oficiais. A mesma posição de princípio assumiram a norte-americana UNAVEM, que representa as Nações Unidas, e funcionários da representação norte-americana junto da CCPM. Ambos lançando um subtil repto a Savimbi e à UNITA: quem tem conhecimento de fraudes eleitorais deve apresentar as provas ao CNE.

Enquanto isto, uma intensa actividade de bastidores mobilizou militares, políticos e diplomatas estrangeiros, que tentavam entender se a iniciativa de Jonas Savimbi — que apanhou de surpresa elementos importantes do seu próprio partido — significava uma fuga para a frente do político, convencido de que foi vítima de uma cilada, ou o dramático canto do cisne do guerrilheiro que acabava de perder a última batalha.

Informações que correm desde há dias nos meios políticos da capital, segundo as quais Savimbi se isolara na residência do bairro Miramar, transformada num "bunker" pela sua segurança pessoal, pareciam favorecer a primeira interpretação: condicionado pela imagem idílica e falseada que um pequeno grupo de "falcões" incondicionais lhe terão desenhado ao longo de toda a campanha, Savimbi só veria uma saída: o relançar da luta, pela reposição da legalidade violada pelo seu arqui-inimigo.

Na segunda hipótese, o líder da UNITA sentir-se-ia injustiçado pela maioria esmagadora de um povo para quem, considera, conquistou a liberdade e a democracia após 17 anos de uma guerra sem quartel contra "os comunistas do MPLA, russos e cubanos".

Vinte e quatro horas antes deste discurso, o general "Bock", chefe da segurança de Savimbi, contara aos enviados do PÚBLICO que quando o líder se isola no quarto, até as mensagens lhe são colocadas por debaixo da porta. Revelaram-se infrutíferas tentativas de várias personalidades, entre elas o representante dos EUA na CCPM, embaixador Jeffrey Millington, para o contactar, desde a noite eleitoral.

Numa declaração de aparente recuo, proferida horas depois da primeira transmissão da mensagem de Savimbi, o secretário para a Informação da UNITA, Jorge Valentim, disse que era preciso ler "de uma forma profunda" o discurso. Valentim, que tem dado a voz, nos últimos três dias, a todas as denúncias deste partido, opinou que haverá "uma porta de saída" para a nova crise. Apesar de reiterar as acusações de fraude eleitoral, o representante da UNITA tentou desdramatizar a iniciativa do líder, qualificando-a como "um murro na mesa".

Dinamizados pelos representantes portugueses do Fórum pasobre a programação eleitoral da rádio e da televisão oficiais, donde terá sido banido o debate partidário. Poucas horas antes de abandonar Angola, ontem, a jornalista Maria Antónia Palla, que faz parte da mesma organização, apoiante da UNITA, escreveu uma carta a Jonas Savimbi apelando, ainda que indirectamente, para que aceite a derrota nas urnas, se esse for o resultado oficial. Na opinião da jornalista portuguesa, a conquista da democracia, que Savimbi viabilizou através da sua luta, tornam-no, sejam quais forem os resultados, num vitorioso deste processo.

Os últimos resultados oficiais divulgados pelo CNE, correspondentes a 2.385.502 boletins contados, continuavam a dar vantagem a José Eduardo dos Santos (60,1 por cento), em relação a Savimbi (28,94 por cento). A contagem não oficial dos meios de comunicação social (relativa a 3,7 milhões de votos), atribui 54,7 por cento ao actual Presidente e 35,8 ao líder da UNITA. ■

A "oposição verdadeira"

DANIEL CHIPENDA, Holden Roberto, Simão Cacete e Alberto Neto reuniram-se ontem em casa do antigo líder da revolta de Leste para emitirem uma declaração denunciando irregularidades no processo eleitoral. Chamando a si o estatuto de "oposição séria", os quatro candidatos às eleições presidenciais avisaram que "tomarão outras posições caso o processo continue a perigar os anseios de liberdade dos cidadãos". Em causa estão, segundo os candidatos, "irregularidades verificadas antes, durante e depois das eleições", nomeadamente "a falta de transparência no escrutínio eleitoral". Questionado pelo PÚBLICO sobre se esta posição seria uma resposta ao repto lançado por Savimbi para que "a verdadeira oposição" se juntasse a ele nos seus protestos, Daniel Chipenda pronunciou um rotundo "não". Isto depois de Holden Roberto ter afirmado que concorda "com algumas das denúncias feitas" pelo líder da UNITA. Para o presidente da FNLA "o que está à provocar isto tudo são os acordos de Bicesse que estão muito mal feitos". Para Chipenda, por outro lado, paira sobre Angola, "agora mais do que nunca", uma ameaça de guerra: "Ela vem dos dois lados", sustenta. Durante o dia de ontem, para a mesma casa para onde ao fim do dia foram convocados os jornalistas, Chipenda tinha convidado alguns dirigentes da UNITA: "Falámos com eles como falamos com toda a gente", disse, precisando de seguida que o que separa esta declaração da de Savimbi "são as propostas de guerra" contidas nas palavras do presidente da UNITA. ■

António Matos

Unita viola acordos

NORMA COURI

LISBOA - O Secretário português das Relações Exteriores, Durão Barroso, foi acordado ontem de madrugada com um telefonema que lhe deu dimensão da gravidade da situação em Angola. O Conselho de Segurança das Nações Unidas manifestava apreensão e desagrado com as acusações de fraude nas eleições feitas pela Unita, maior partido de oposição.

Depois dessas acusações, o antigo grupo guerrilheiro decidiu abandonar o exército único recém formado e a ONU anunciou o envio de uma comissão para fortalecer o processo de paz. Durão Barroso não recebeu da ONU nenhuma informações sobre irregularidades nas primeiras eleições em um país que viveu 30 anos de guerra.

Ele acha que a decisão da Unita viola os acordos de paz assinados há um ano e meio em Bicesse. "Alguém quer ganhar tempo, analisar realmente as eleições ou preparar uma guerra?" pergunta o Secretário, que acompanha o processo angolano há cinco anos e acredita que as forças internacionais devem ser muito firmes neste momento para evitar uma tragédia.

Durão Barroso admite que sempre temeu a reação do perdedor: "Nós sempre soubemos que o maior problema dessas eleições seria a decepção de um dos dois e que a maioria simples não garantiria o governo de um ou de outro candidato, que terá metade do país contra ele".

O líder da Unita, Jonas Savimbi, está incomunicável há dias, possivelmente cercado pela ala mais radical do partido, tentando forçar um segundo turno. Depois que as sondagens deram vitória para o ex- marxista José Eduardo dos Santos, Savimbi passou a condenar até a presença dos estrangeiros e das forças da ONU em Angola, convocadas e aceitas por ele próprio. Hoje já se prevê que entre os 220 deputados do Parlamento angolano 128 ficarão com o MPLA, 71 com a Unita, o resto será distribuído entre cinco dos 17 partidos.

Receio da reacção da UNITA

PÚBLICO DOMINGO, 4 OUTUBRO 1992

UMA "MEIA-SURPRESA" foi como João Soares qualificou os resultados já conhecidos das eleições angolanas. "Não estava convencido de que, após 15 ou 16 anos de partido único, o MPLA vencesse. Acho que não há memória de uma outra situação assim", disse o homem que durante muitos anos foi visto como embaixador da UNITA junto da classe política portuguesa. "Mas — acrescenta — Savimbi terá cometido um erro fundamental: quando deixou de se afirmar apenas como opositor do partido único e quis mostrar-se como poder alternativo, para mais violando direitos fundamentais já depois dos acordos de Bicesse".

Em depoimento ontem prestado ao PÚBLICO, João Soares é peremptório: "Toda a gente está de acordo em que as eleições foram genuinamente democráticas, limpas, com igualdade de oportunidades. O recensamento foi digno, completado com a fiscalização do voto com tinta no dedo, o acto decorreu de forma tranquila e pacífica, o que não me surpreendeu". Mostra por isso receio por uma contestação geral dos resultados pela UNITA, manifestando especial temor pela reacção que possa surgir de "uma força que conserva uma grande coesão político-militar, em meu entender bem maior do que a do MPLA".

A João Soares custa-lhe, "neste momento preciso em que Savimbi perdeu", recordar "nunca ter sido um apoiante da UNITA mas apenas da democratização de Angola. Quando, a partir de Novembro do ano passado, em vez de me concentrar na questão dos dissidentes [Miguel N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes] interpelei directamente a UNITA sobre as mortes de Tito Chingundji e Wilson dos Santos, sei que isso doeu muito a Savimbi. Mas não podia fazer outra coisa".

João Soares afirma que se deve reconhecer "o papel desempenhado por José Eduardo dos Santos. Ainda antes da desagregação do bloco soviético ele foi a Gbadolite apertar a mão ao seu inimigo e abriu o caminho para a democracia". ■ JPV

Vicente Jorge Silva

PÚBLICO SÁBADO, 3 OUTUBRO 1992

A lição angolana

AINDA É CEDO para extrair conclusões definitivas das eleições angolanas. Mas é já possível extrair delas duas indicações fundamentais. A primeira é que, apesar dos incidentes registados durante a campanha, o acto eleitoral decorreu numa atmosfera de grande civismo e elevada participação popular. Quanto à segunda, aponta para uma inversão da tendência verificada na generalidade dos países africanos, onde, na sequência das primeiras eleições democráticas, os governos há longos anos no poder foram clamorosamente derrotados pelas oposições.

Cansados da guerra, os angolanos acreditaram no poder do voto como instrumento da paz e da democracia. E exerceram esse direito dos povos soberanos como se se tratasse de um ritual libertador, com naturalidade e até com alegria. É uma lição importante para o mundo, num momento em que se assiste a uma resaca das convicções democráticas e se acentua o cepticismo sobre a viabilidade da democracia nos países subdesenvolvidos e exteriores ao universo euroamericano.

As eleições não são uma porta de saída mágica para um horizonte de paz e prosperidade em Angola. O cumprimento do primeiro acto da democracia não irá apagar, de um dia para o outro, a ameaça dos velhos demónios da guerra, da fome, da corrupção, do tribalismo. E Angola não acordará, de súbito, com um governo de homens acima de toda a suspeita, dedicados ao bem comum e respeitadores exemplares das regras de convivência democrática. De qualquer modo, o primeiro passo foi dado — e, sem ele, nenhuma esperança teria sido possível.

Ao votarem de forma tão maciça e decidida, os angolanos demonstraram querer romper com o passado. Mas, aparentemente, não desejaram fazer das eleições um tribunal para julgar severamente o partido que tem governado o país desde a independência, atribuindo-lhe a responsabilidade exclusiva por todas as calamidades nacionais. A vitória anunciada de José Eduardo dos Santos e do MPLA poderá significar também um corte com a fatalidade dos ajustes de contas africanos e, nessa medida, representa uma outra ruptura com o passado.

Ao maniqueísmo que alguns europeus desejariam projectar na cena política do país, os angolanos responderam com um notável sentido de maturidade política. Preferiram dar uma segunda oportunidade ao poder actual e confiar na imagem tranquilizadora, embora cinzenta e tímida, de Eduardo dos Santos, em vez de se renderem ao populismo carismático de Savimbi. Depurado da herança soviética, o MPLA terá aparecido à maioria dos eleitores como uma hipótese de governo mais segura, urbana e tolerante que uma UNITA suspeita de tribalismo e demasiado centrada na personalidade autoritária de um chefe providencial.

Teria sido desejável que a vida política angolana não tivesse ficado, desde logo, dependente de uma lógica de bipolarização que põe em confronto directo e exclusivo as duas forças que se enfrentaram na guerra civil. O certo, porém, é que as "terceiras vias" e as personalidades menos comprometidas com o passado não se revelaram à altura do desafio de criar uma alternativa ou um contrapeso aos antigos "senhores da guerra". A partir de agora, MPLA e UNITA ocuparão quase sozinhas o terreno político e terão de demonstrar aquilo que até agora não passou de um ideal quase impossível no continente africano.

A excepção de alguns exemplos singulares de normalidade democrática, como Cabo Verde ou São Tomé, confirma uma regra geral de violência e sangue no imenso mapa das tragédias africanas. Aparentemente, a implantação da democracia foi mais fácil e natural naqueles países que se mantiveram na periferia dos abalos mais intensos da descolonização ou foram poupados à guerra civil entre movimentos independentistas rivais. É por isso que o original e gigantesco desafio angolano é de uma importância tão decisiva para o futuro da África e para a esperança da democracia num continente literalmente devastado pelas mais variadas formas de barbárie e prepotência.

A passagem de uma lógica de violência, intolerância e segregação para uma lógica de convivência étnica, racial e política tem hoje nos angolanos os protagonistas principais. E isto no preciso momento em que, na vizinha África do Sul, se ensaia ainda, por entre crises cíclicas, o caminho de saída do "apartheid". É uma tremenda responsabilidade política que pesa sobre os ombros de José Eduardo dos Santos e de Jonas Savimbi como representantes de uma esperança à escala de todo um continente.

Permanecem muitas razões para recear que a porta aberta pela democracia em Angola seja intempestivamente fechada, uma vez mais, pelas paixões tribais ou pela vertigem do poder que não se compadecem com o respeito pelo voto popular. Mas também é certo que, depois da guerra que destroçou um dos países mais ricos e pujantes de África, os antigos irmãos inimigos na luta anticolonial estão condenados a entender-se para a reconstrução democrática de Angola.

O outro caminho que lhes resta é o da destruição irreversível e do desaparecimento de Angola no buraco negro da indiferença internacional. Por isso, as forças políticas angolanas terão que estar à altura da grande lição de democracia que o seu povo soube dar nas eleições de Setembro. ■

PÚBLICO
SEXTA-FEIRA, 2 OUTUBRO 1992

Negociações de paz em Moçambique

Dhlakama chegou a Roma

Do nosso enviado
Jorge Heitor
em Roma

Após se ter feito esperar durante 48 horas, foi um Afonso Dhlakama extremamente duro que ontem à noite se apresentou em Roma para a negociação dos últimos detalhes do processo de paz moçambicano. Lançando um balde de água fria, disse que os acordos poderiam ainda demorar. O homem que se proclama vencedor da guerra contra a Frelimo, poderá no entanto sair vencido desta demora. É que entretanto, Chissano marca pontos.

Afonso Dhlakama, líder da Renamo, chegou ontem à noite a Roma. Nas suas primeiras declarações, num tom susceptível de preocupar qualquer observador do processo de paz, disse esperar que o "o acordo seja conseguido ainda este mês". Depois, a insistência do PÚBLICO, disse que os acordos de paz em Moçambique poderão ainda demorar "três, quatro, nove dias a assinar". Mas, logo a seguir, admitiu a uma jornalista de língua inglesa que, talvez hoje ou amanhã, as coisas se possam compor.

"O Governo não quis negociar, só quis foi vir aqui no dia 1 de Outubro e assinar. Não nos interessa um acordo mal negociado. Fiz grandes concessões mas o Governo não está disposto a aceitar as condições de uma Renamo que controla 85 por cento do território", afirmou. E, num discurso improvisado cuja dureza contrastava flagrantemente com a moderação do Presidente Joaquim Chissano, prosseguiu: "Queremos continuar a administrar as nossas zonas a fim de evitar que o Governo mande elementos influenciar a população".

Todos à espera

Numa Itália onde as greves de Outono se generalizam e a lira desce, os Presidentes de Moçambique, Zimbabwe e Botswana foram forçados a esperar pacientemente a vinda do líder da Renamo Afonso Dhlakama, para enfim se assinar — com alguns dias de atraso — a tão desejada paz.

Em princípios de Agosto foram Mugabe e Dhlakama que tiveram de aguardar Joaquim Chissano, pois o Presidente moçambicano não queria aparecer em Roma perante o chefe dos rebeldes. Agora foi precisamente Chissano que teve de esperar 48 horas a chegada do seu rival.

Ciente de que as cimeiras de Roma e Gaberone, ocorridas nos últimos dois meses, lhe deram uma projecção internacional de que ainda há poucos anos não gozava, Afonso Macacho Maceta Dhlakama, nascido em 1952, assume-se como um novo herói de África e faz todo o mundo esperar. Uma das vítimas de ontem a meio do dia foi o ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha, que trouxe uma carta do presidente Frederik de Klerk a desculpar-se por não aceitar pessoalmente o convite para vir à assinatura da paz.

O tiro, porém, poderá sair-lhe pela culatra. Provocou, por um lado, a irritação da mediação italiana e, por outro, o Presidente moçambicano está a tirar o maior proveito possível da situação. Instalado na "suite" com os números 132 e 133 do Grand Hotel, num ambiente de antigo luxo europeu, um hábil Chissano recebe um cortejo de visitantes e concede sucessivas entrevistas, nas quais utiliza um tom bastante moderado. Como quem diz: vejam bem, se a paz não se faz não é por minha culpa, que até sou conciliador e inclinado ao compromisso.

Entre as entrevistas concedidas por Chissano, houve uma dada à cadeia estatal japonesa NHK e feita pela correspondente do PÚBLICO em Roma, Vera Gonçalves. Nessa ocasião, o presidente moçambicano não receou afirmar que a Renamo não é a verdadeira inimiga do Governo de Maputo, antes tendo surgido no terreno como reflexo de toda uma situação de racismo que havia na África Austral.

Chissano criticou a morosidade do processo negocial e disse que Moçambique necessitará no mínimo de dez anos para recuperar do actual estado caótico em que se encontra.

Reuniões em Santo Egídio

Enquanto isto, delegações de um e outro lado beligerantes estiveram ao longo de grande parte do dia reunidas na comunidade de Santo Egídio, na zona romana de Trastevere, a fim de ultimarem os malfadados protocolos sobre questões militares e políticas, sobre garantias e sobre a aplicação do cessar-fogo, documentos que tantas versões têm conhecido, antes de se chegar à sua redacção final.

Os acontecimentos destes últimos dias confirmaram as perspectivas pessimistas quanto à hipótese de o acordo geral de paz ser efectivamente assinado dentro do prazo limite de 1 de Outubro, estipulado na cerimónia de Villa Madama em 7 de Agosto.

Um dos engulhos no domínio das garantias é o facto da Renamo querer continuar a assegurar, até às eleições, o controlo das zonas onde tem actuado e onde viveram sete milhões e meio dos cerca de 16 milhões de moçambicanos. Por isso é que Chissano e Dhlakama terão de conversar uma vez mais — depois das cimeiras de Agosto e de Setembro — antes de ser possível rubricar protocolos.

Era essa a perspectiva que existia ontem, ao princípio da noite, antes da chegada do líder da Renamo. Um pouco em coerência com a certeza que nunca desejou dar de que a paz ficasse efectivamente assinada no dia 1 de Outubro.

"Eu não vou confirmar que esta data será (a do cessar-fogo) embora é o que nós queríamos que fosse (sic) e é o que nós assinámos na declaração, mas isto vai depender também da flexibilidade por parte do Governo" — dissera-nos no dia 8 de Agosto Afonso Dhlakama, numa entrevista em que se afirmava convicto de ter saído vencedor da guerra travada contra a Frelimo desde o início do ano de 1977.

Nos últimos dias, porém, aos olhos de personalidades de diversos quadrantes, desde o Partido Socialista Italiano ao Partido Nacional da África do Sul, quem não pareceu muito flexível foi precisamente o líder da Renamo. ■

EXPRESSO, SÁBADO 3 DE OUTUBRO DE 1992

A paz a ferros

Nicole Gardiola enviada a ROMA

O PRESIDENTE moçambicano, Joaquim Chissano, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, assinam hoje, em Roma, o acordo de paz para Moçambique. Ao fim da tarde de ontem, negociadores, mediadores e observadores — entre os quais o secretário de Estado português, Durão Barroso — mostravam-se convictos de que o braço-de-ferro entre Chissano e Dhlakama, iniciado no passado fim-de-semana, não se podia prolongar por muito mais tempo. Porém, ninguém se atrevia a avançar uma informação segura, invocando a possibilidade de «incidentes de última hora».

«Não convém constrangir os principais interessados a assinar um mau acordo», afirmara ao EXPRESSO Durão Barroso, referindo o «péssimo antecedente» que foi o pseudocessar-fogo de Gbadolite. A mesma opinião era expressa publicamente pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Pik Botha, e pelos Presidentes Robert Mugabe e Quett Masire. Todos negavam ter exercido pressões sobre as partes moçambicanas no sentido de fazer respeitar o acordado em Roma, em Agosto, e reconfirmado em Gaberone, em Setembro.

Menos diplomático, o inglês Tiny Rowland, do grupo britânico Lonhro, que afirmava ter ido a Nairobi buscar Dhlakama para o trazer a Roma, confessava-se «desiludido» pelas tergiversações de última hora e garantia que a paz se firmaria, «sem quaisquer dúvidas», no sábado, porque o líder da Renamo já dera «provas de ser homem de palavra». Mas Joaquim Chissano, ofendido por ter esperado, em vão, por um sinal positivo do seu adversário, punha em dúvida «a boa-fé do líder da Renamo».

ferro entre Chissano e Dhlakama resolveu-se como tinha começado — ou seja, de uma forma incompreensível para os observadores externos. E enquanto as habituais «fontes próximas» das negociações lançavam alusões sibilinas às dificuldades encontradas, quer por Chissano quer por Dhlakama, para que duros» dos dois lados aceitassem o cessar-fogo, em St. Egídio, ao fim da tarde, o porta-voz da Comunidade e o chefe da missão de observação dos Estados Unidos anunciavam, a um grupo seleccionado de jornalistas britânicos e americanos, o fim das negociações e a assinatura do acordo de cessar-fogo.

Era evidente a pressa do embaixador Hume de reclamar para a diplomacia americana e vaticana o mérito da «feliz conclusão» de um cessar fogor que vai «pôr fim à mais longa guerra civil dos nossos tempos» e afastar o perigo de «uma nova Somália» em Moçambique.

Contudo, Portugal não foi totalmente enjeitado: os três Presidentes africanos, Mugabe, Matsir e Chissano, fizeram questão de receber, juntos, o representante do Governo de Lisboa para expressar «o seu apreço pelo papel desempenhado por Portugal».

Entretanto, Joaquim Chissano desloca-se hoje a Lisboa, depois da assinatura do acordo de cessar-fogo.

Mediação italiana promete para hoje de manhã a assinatura dos acordos de paz para Moçambique

Esperar para crer

PÚBLICO · DOMINGO, 4 OUTUBRO 1992

Do nosso enviado
Jorge Heitor,
em Roma

O presidente Chissano disse ontem à noite ao PÚBLICO, pelas 20h40, que deverá ficar em Roma para assinar o acordo de paz com a Renamo, mas que (só) "Deus sabe" quando é que isso será.

Cerca das 22h00, a mediação italiana assegurava que os acordos de paz para Moçambique seriam assinados ainda hoje de manhã. Às 23h30, uma fonte da Comunidade de Santo Egídio informava que rubrica dos protocolos teria lugar hoje, pelas 09h30 e que a cerimónia da assinatura dos acordos decorreria depois das 11h00 no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Mas, na véspera, já fora feita [illegible]vão, a mesma promessa.

O dia de ontem foi todo ele de uma grande incerteza, com a assinatura da paz sucessivamente prevista para as 11h45, as 15 e as 16 horas. Todos esses prazos passaram e ninguém conseguiu demover os líderes da Frelimo e da Renamo das diferentes posições que, desde há anos, os têm separado e que continuam a impedir o fim da guerra. Mesmo quando já por várias vezes deram a sua palavra de que tudo fariam para que o fim das hostilidades fosse acordado neste mês de Outubro.

Houve jornalistas que esperaram mais de seis horas na sala de conferências internacionais do Ministério italiano do Negócios Estrangeiros o momento da t[illegible]guardada cerimónia, que a K[illegible]o Moçambique iria transmitir em directo para o seu país, enquanto a televisão moçambicana, também o procuraria fazer, com o apoio da televisão portuguesa.

Às 14h45, saía do palácio Farnesina o coordenador da mediação, o deputado socialista italiano Mario Raffaelli, que nos dizia ir ao encontro de Afonso Dhlakama, líder da Renamo, e esperar que, por volta das 16h00, fosse possível ter tudo pronto para assinar a paz. Mas não foi.

Um grande desânimo

Depois das 17h30 foi o grande desânimo em todos os que estavam no Ministério italiano dos Negócios Estrangeiros (incluindo os embaixadores dos países africanos) e nos corredores dos diversos hotéis por onde havia presidentes, ministros e secretários de Estado prontos a dar uma ajuda para a reconciliação dos dois grandes irmãos moçambicanos. Irmãos esses que, o mês passado, haviam partido de Gaberone, capital do Botswana, com a afirmação de que tudo estava bem e que nestes últimos dias têm estado em Roma sem se terem ainda encontrado.

O secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso, manteve ao longo da tarde numerosos contactos telefónicos com todas as partes, para ajudar a desbloquear as questões em aberto, entre as quais avultava a de a Renamo desejar manter o controlo das zonas onde tem actuado e que diz corresponderem a cerca de 85 por cento do território e a perto de metade da população de Moçambique.

Às 18h20, depois de ter estado com o director-geral da multinacional britânica Lohnro, "Tiny" Rowlands, o presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, voltava a chamar ao hotel Majestic, na via Vittorio Veneto, o presidente Chissano, que se fez acompanhar pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mocumbi, e pelo chefe da delegação às velhas conversações de Roma, Armando Emílio Guebuza.

Uma hora depois compareciam no local os medianeiros: Raffaelli, o arcebispo da Beira, D. Jaime Gonçalves, e os homens da Comunidade de Santo Egídio, prof. Andrea Riccardi e D. Matteo Zuppi.

Pelos corredores, a imprensa portuguesa apresentava-se sequiosa de notícias, mas dos colaboradores de Joaquim Chissano só se ouvia dizer coisas como "a esperança é a última coisa a morrer", enquanto um ajudante de campo — mais brincalhão — dizia em tom sarcástico a velha palavra de ordem "a luta continua".

Já perto das 20h00 aparecia no hall do hotel Majestic o secretário de Estado adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, mas não teve direito a subir. Um seu colaborador bem foi ao quinto andar avisar que tinha chegado o representante de Washington, mas D. Matteo deu ordens para que "aguardasse lá em baixo".

Aparentemente modesto, metido consigo, numa figura que faz lembrar a de Woody Allen, o secretário de Estado adjunto lá ficou bem mais de meia-hora a vaguear num dos salões do rés-do-chão, até ter a oportunidade de trocar algumas breves palavras com Chissano quando este deixou finalmente o hotel.

Ao sair da "suite" de Mugabe, onde estivera também o Presidente do Botswana, Quett Masire, o Presidente de Moçambique não quis pormenorizar nada sobre as profundas divergências que ainda continuam a bloquear o acordo de paz que já deveria ter ficado assinado, o mais tardar, no dia 1 de Outubro.

"Eu nunca perco a esperança" — disse-nos o chefe do Estado quando lhe perguntámos "se ainda tem esperança na paz", para logo a seguir acrescentar que a assinatura já não deveria ser nas horas mais próximas.

"Estou disposto a assinar em qualquer altura, agora só depende da organização" — observou, em repetição de anteriores afirmações que já tem feito desde que na terça-feira à noite chegara a Roma. E esclareceu também ainda não saber quando é que finalmente se encontraria com Afonso Dhlakama, que há mais de 48 horas se encontrava na capital italiana, mas que não manifestara qualquer pressa de com ele dialogar.

Quando o PÚBLICO lhe perguntou se seria necessário ficar mais um dia ou dois em Roma até assinar o acordo, Chissano respondeu com um sorriso: "Deus sabe". Teve mais alguns risos nervosos e desapareceu no elevador, aproveitando o facto de o mesmo ter chegado ao quinto piso, com um hóspede do hotel.

Para trás tinham ficado uma noite e um dia de reuniões permanentes entre a mediação e as delegações de uma e outra parte que, desde 10 de Julho de 1990, têm vindo por numerosas vezes a Roma para, na Comunidade de Santo Egídio, discutir o cessar-fogo, a formação das futuras forças armadas de defesa de Moçambique, a retirada das tropas estrangeiras do território moçambicano, as actividades dos grupos armados privados e irregulares, a reintegração económica e social dos militares desmobilizados e as garantias a dar de uma parte a outra para que se transite, dentro de um ano, para um regime democrático e pluralista.

Alguns observadores dizem que não fará muito mal um atraso de alguns dias se isso contribuir para um acordo muito mais claro, que não dê lugar a equívocos, mas receiam bastante que estas dificuldades todas também possam ser apenas o prenúncio de outras, bem maiores, que depois se levantarão durante a aplicação do acordo geral de paz. ■

Paz traz Chissano a Lisboa

ESCASSOS MINUTOS separaram ontem a chegada de Cavaco Silva, de Sevilha, e a de Joaquim Chissano, de Roma, e foi ainda no aeroporto militar do Figo Maduro, em Lisboa, que os dois governantes deram o primeiro abraço depois da assinatura do acordo de paz para Moçambique, celebrado poucas horas antes na capital italiana. "Uma grande alegria" foi como o primeiro-ministro português descreveu a sensação deste encontro com o Presidente moçambicano, que mal saiu de Roma rumou a Lisboa em companhia do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros português, Durão Barroso, num sinal de importância que o próprio Chissano reconheceu a Portugal nos períodos prévio e posterior ao processo de paz.

Hoje mesmo, Chissano almoça em S. Bento com o primeiro-ministro português com quem manterá uma prolongada reunião e, segundo o próprio Cavaco Silva afirmou ontem aos jornalistas, estará igualmente previsto um encontro do Presidente moçambicano com Mário Soares. "Temos muita coisa para conversar", afirmou Cavaco no Figo Maduro, avançando já pormenores sobre os contributos que Portugal poderá dar para a consolidação do processo de paz: a participação na formação das Forças Armadas moçambicanas e nos processos de recenseamento e revisão da lei eleitoral que antecederão as primeiras eleições naquele país foi referida pelo primeiro-ministro, que igualmente admitiu a participação portuguesa numa Comissão que, com a presença da ONU, acompanhe Moçambique até às eleições.

Chissano defendeu, à chegada a Lisboa, que o próximo acto eleitoral no seu país não se deverá realizar dentro de menos de um ano, já que é necessário que todos concorram em igualdade de circunstâncias. O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, desloca-se também a Portugal já amanhã, para uma visita de dois dias que incluirá um encontro com o chefe do Governo português. Ainda em Roma, Dhlakama afirmou-se "muito satisfeito" com o acordo que acabara de assinar com Joaquim Chissano, e que considerou "um bom acordo".

A situação em Angola foi ainda abordada, ontem, quer por Cavaco Silva, quer por Chissano, tendo os dois governantes sublinhado a necessidade de ambas as partes respeitarem os resultados das eleições angolanas. ■ A.S.

Moçambique inicia ano de transição

PÚBLICO
SEGUNDA-FEIRA, 5 OUTUBRO 1992

Do nosso enviado
Jorge Heitor,
em Roma

O mais pobre dos países africanos tem agora a paz garantida, pelo menos no papel. Mas até que a mesma se traduza na pacificação da sociedade, na plena vivência democrática e no tão necessário desenvolvimento ainda faltará decerto bem mais do que o ano previsto até à realização de eleições.

Passavam escassos minutos das 13 horas de ontem quando a paz para Moçambique foi finalmente assinada em Roma. Três dias depois de haver expirado o prazo que as duas partes se haviam concedido quando aqui mesmo estiveram reunidas ao mais alto nível durante a primeira semana do mês de Agosto.

Três Presidentes da República, um vice-Presidente, um cardeal e uma série de ministros estavam entre as numerosas personalidades que encheram por completo a sala de conferências internacionais da Farnesina, o Ministério dos Estrangeiros, e que durante cerca de três horas ouviram uma longa série de discursos, a começar pelo anfitrião, Emilio Colombo.

Primeiro foi a rubrica dos quatro protocolos que durante os últimos meses tanto trabalho deram às delegações de um e outro lado, bem como aos medianeiros e aos observadores. Depois a do Acordo Geral de Paz, que teve entre as suas testemunhas os presidentes Robert Mugabe (Zimbawe) e Ketumile Masire (Botswana), o vice-Presidente queniano, George Saitoti e o ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha, cujo discurso — incluindo uma parte em italiano — foi dos mais aplaudidos e teve um belo recorte literário.

Reconciliação nacional

Nos termos deste "Acordo Geral de Paz de Moçambique", "o Presidente da República e o presidente da Renamo comprometem-se a tudo fazer para se alcançar uma efectiva reconciliação nacional", e, na sua intervenção, Afonso Dhlakama foi claro — talvez a pedido da mediação — pois, acentuou que "a Renamo irá respeitar o acordo" e "se perder as eleições será oposição".

Quanto aos quatro protocolos também ontem rubricados no ministério italiano dos Negócios Estrangeiros — e não na Comunidade de Santo Egídio, conforme chegara a estar previsto, até ao último momento —, foram alcançados ao fim de uma maratona de 70 horas em que ninguém dormiu, para retocar os parágrafos que estavam a causar divergência.

Juntam-se aos que vinham de há mais de seis meses e que dizem respeito aos princípios fundamentais da paz, aos critérios e modalidades para a formação e reconhecimento dos partidos políticos e aos princípios da lei eleitoral.

Desta vez, o protocolo IV institui as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), "apartidárias, de carreira, profissionalmente idóneas, competentes, exclusivamente formadas por voluntários, provenientes das forças de ambas as partes". Serão constituídas por 24 mil homens no Exército, 4 mil na Força Aérea e 2 mil na Marinha, num total de 30 mil efectivos, a fornecer em partes iguais pelas Forças Armadas governamentais e pela Renamo.

Profusão de comissões

Haverá um Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (CCFA), a funcionar na dependência da Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) do cessar-fogo, podendo ser que ambas contem com a ajuda de Portugal e de outros países a escolher pela FRELIMO e pela Renamo.

As tropas estrangeiras, designadamente do Zimbawe, da Tanzânia e do Malawi, vão começar a sair de Moçambique depois do dia da entrada em vigor do cessar-fogo, que será chamado dia E, e a generalidade dos grupos paramilitares que se encontram em actividade será extinta, proibindo-se a formação de outros grupos armados privados e irregulares.

No entanto, a CSC poderá autorizar, a título temporário, a continuação da existência de organizações de segurança para garantir ao longo dos próximos 12 meses a segurança de "determinadas infraestruturas públicas ou privadas", — excepção esta que se poderá eventualmente aplicar ao "exército" particular da Lonrho, de "Tiny" Rowland, o empresário que se encontrava sentado na grande mesa rectangular ao lado dos dos dignatários que ontem assistiram à cerimónia.

Por outro lado, a Renamo concordou ser "imprescindível" a continuação em funcionamento do Serviço de Informações do Estado durante o período entre a entrada em vigor do cessar-fogo e a tomada de posse" do Governo que se há-de seguir às eleições do próximo ano.

O Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE), criado em Agosto de 1991, na sequência do antigo SNASP de má memória, deverá porém, "respeitar os direitos civis e políticos dos cidadãos, bem como os direitos humanos e as liberdades fundamentais internacionalmente reconhecidos".

Uma Comissão Nacional de Informação (COMINFO), composta por 21 cidadãos independentes — seis apresentados pela Renamo, seis pelo Governo e nove a escolher pelo Presidente da República, depois de consultadas as várias forças políticas — fiscalizará as actuações do SISE.

A própria polícia convencional também deverá, segundo os textos, desempenhar as suas funções "alheia a toda a consideração partidária ou ideológica".

As Nações Unidas vão presidir à Comissão do Cessar-Fogo (CCF), a compor por representantes do Governo, da Renamo e de países a designar durante os próximos dias e semanas.

Quanto ao protocolo V, o segundo dos rubricados ontem, diz que as eleições da Assembleia e do Presidente da República serão realizadas em simultâneo, daqui a um ano, devendo isso ser constituída no fim de 1992 uma Comissão Nacional de Eleições (CNE). E, até 4 de Dezembro próximo, o Governo e a Renamo acordarão nos observadores a convidar para o processo eleitoral.

Butros-Ghali nomeia

Ao secretário-geral da ONU, o egípcio Butros-Ghali, cabe nomear o presidente da Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) do cessar-fogo e a implementação dos acordos agora existentes e cuja passagem à prática decerto ainda irá dar muitas dores de cabeça a todos os intervenientes nos mesmos.

A Renamo será responsável pela segurança pessoal imediata dos seus principais dirigentes e o Governo concederá estatuto policial aos elementos daquele movimento encarregados de tal segurança.

A Administração Pública durante este ano de transição "continuará a obedecer à lei em vigor". Mas indo ao encontro das exigências de Dhlakama, nas zonas controladas pela Renamo será exercida por cidadãos nelas residentes, "podendo estes ser membros da Renamo".

O relacionamento entre o Ministério da Administração estatal e a Administração das zonas controladas pela Renamo — ou seja, o outro Moçambique, o rural, fora das cidades — será feito através de uma Comissão Nacional, composta por quatro representantes de cada uma das partes e a entrar em funcionamento dentro de duas semanas.

O Governo moçambicano vai agora submeter à Assembleia da República os instrumentos legais que incorporam os protocolos e o Acordo Geral de Paz na lei do país, que é o mais pobre de África, com um rendimento per capita de apenas 80 dólares, dois terços do da Somália.

O cessar-fogo entra em vigor no dia da aprovação do Acordo Geral pela Assembleia da República moçambicana (Dia E), procedendo-se nos seis meses imediatos à separação das forças, à concentração das mesmas e, depois, à sua desmobilização.

A partir de ontem e até ao "Dia E", as duas partes observarão uma cessar completo das hostilidades.

Entretanto, Maputo e Renamo solicitaram ao Governo italiano que convoque para daqui a um mês uma conferência de países e organizações doadores para financiamento do processo eleitoral e do programa de emergência e reintegração das populações deslocadas e refugiadas e dos militares desmobilizados. ■

Suspensas as operações ofensivas

LOGO APÓS a assinatura dos acordos de paz, o Governo de Maputo apelou a todos os moçambicanos para que contribuam para a aplicação dos acordos que põem fim a 16 anos de guerra, enquanto o Ministério da Defesa ordenava a suspensão de todas as acções militares ofensivas.

"Todas as unidades e subunidades militares devem manter-se nas suas actuais posições, abstendo-se de acções ofensivas até novas ordens", refere um comunicado difundido pela rádio logo após a cerimónia da assinatura dos acordos de paz. O Exército fica apenas autorizado a realizar "acções defensivas".

No entanto, todas as forças militares e policiais foram instruídas pelo Governo no sentido de manter a sua "prontidão combativa" e uma atitude vigilante, de forma a assegurar "a ordem e a tranquilidade públicas".

Em comunicado difundido ao princípio da tarde, o Conselho de Ministros, sem nunca referir a Renamo, considera que os acordos de Roma significam "para o nosso país o fim dos males que a guerra tem causado" e é o "culminar de "um longo, difícil e sinuoso processo", de luta dos mo-

çambicanos pela sua "independência e dignidade", e de um combate secular contra a dominação estrangeira.

"O Governo manifesta o seu empenho em assegurar o funcionamento das instituições, da economia e dos sectores sociais do país, num clima de tranquilidade e harmonia entre os cidadãos", refere o comunicado.

A primeira preocupação do Governo parece ser a de evitar a desagregação do seu próprio exército, sacudido por sucessivos motins causados pela falta de pagamento dos soldos, o que criaria uma situação mais caótica ainda do que a que até agora se tem vivido.

Maputo era ontem, na descrição do correspondente da Lusa, uma cidade calma, que seguiu atentamente pela rádio as cerimónias de Roma, mas sem manifestações de júbilo. As as ruas estavam vazias como em qualquer outro domingo.

Após uma longa série de desilusões, a última das quais fora o adiamento da assinatura dos acordos no sábado, as pessoas têm a consciência de que os acordos apenas um marco, certamente decisivo, mas a que se seguirá um ano de dramáticas dificuldades e elevados riscos.

O silêncio das ruas contagiou os partidos. Nenhuma das 14 formações políticas da oposição comentou a nova situação até ao fim da tarde de ontem. Todos parecem aguardar o regresso a Maputo de Joaquim Chissano, prevista para amanhã, após a sua rápida visita a Portugal. ■

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA 5 OUTUBRO 1992

Presença portuguesa

"LUMINOSO CONTRIBUTO", foi assim que o ministro italiano dos Negócios Estrangeiros, Emilio Colombo, qualificou o papel de Portugal no processo de paz em Moçambique, durante o discurso feito na cerimónia de assinatura do Acordo Geral, na Farnesina, junto ao Estádio Olímpico de Roma.

Por seu turno, o Presidente Joaquim Chissano, que mais tarde partiria para Lisboa, no Falcon do Governo português, destacaria no seu longo discurso de então a parte — embora discreta — do executivo de Lisboa no processo negocial, participação que considerou de grande importância para a aproximação das partes.

"Não são menos significativos o interesse e a disponibilidade sempre manifestados pelo Presidente da República portuguesa, Dr. Mário Soares", — disse Chissano, enquanto Afonso Dhlakama também não esqueceu o Governo português, representado na cerimónia, em lugar de honra, pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso.

"Em nome de Cavaco Silva", aquele seu dilecto colaborador afirmou na cerimónia de ontem que Portugal "está disposto a continuar a apoiar Moçambique" e observou ser preciso "que a comunidade internacional não se distraia agora, pois ainda há muito que fazer".

Mais tarde, em contactos com a imprensa, acentuaria que "ainda é muito difícil o que falta realizar" e que Portugal está disposto a colaborar nas diversas tarefas previstas no Acordo Geral o que decerto será tratado durante as conversações que o Presidente de Moçambique hoje manterá com o primeiro-ministro Cavaco Silva.

Quem também esteve presente no Ministério italiano dos Negócios Estrangeiros foi o empresário português António Rebelo de Sousa, que nos disse ter ido ali, "dar a sua solidariedade ao Afonso" (Dhlakama). António é filho de uma antigo governador-geral de Moçambique, Baltazar Rebelo de Sousa, que desde o ano passado já teve dois encontros com o presidente Chissano. ■ J.M.

OS PROTAGONISTAS

Santo Egídio

O peso da Igreja

SANTO EGÍDIO tornou-se o emblema das negociações de paz moçambicanas. É uma comunidade de religiosos e de laicos, fundada em 1968, presente em 20 países, com 15 mil voluntários. É sua vocação estar com os excluídos, dos pobres aos ciganos, dos velhos aos doentes de sida, no primeiro e no terceiro mundo. Implantada em Moçambique, contribuiu para remover a desconfiança recíproca entre a Igreja e o recém-independente Estado marxista. Coube aos seus dirigentes, o professor Andrea Riccardi e D. Matteo Zuppi, em colaboração estreita com o bispo da Beira, D. Jaime Gonçalves, o mérito de, após longos meses de trabalho discreto, juntar pela primeira vez em Roma as delegações do Governo de Maputo e dos rebeldes da Renamo: foi no dia 8 de Julho de 1991. Muito mais activa do que a mediação italiana ao longo de dois anos de negociações, a "mediação católica" evitou sobretudo que os laços se rompessem, enquanto os "poderes seculares" pressionavam as duas partes. O próprio secretismo, bem clerical, com que protegeu as negociações, e que muito dificultou a vida aos jornalistas, acabou por render os dividendos da paz. ■ V.R.

Mario Raffaelli

A diplomacia italiana

FORAM VINTE e sete meses de pequenos êxitos e grandes desilusões. Mario Raffaelli, 46 anos, deu a cara como responsável pela mediação italiana. Deputado socialista e secretário dos Negócios Estrangeiros nos executivos de Bettino Craxi e Giovanni Goria, entre 1983 e 1988, com alguma experiência na cooperação com África, Raffaelli foi escolhido em fins de 1990 para levar a cabo uma missão para a qual tinha poucos meios: a reconciliação moçambicana. Muitas vezes lhe foi apontada, em círculos diplomáticos, falta de capacidade de iniciativa, sobretudo quando comparado o seu trabalho com o papel que Portugal desempenhou relativamente a Angola. Mas a situação moçambicana, além de mais difícil de tratar que a angolana, e não contava com a mesma pressão dos Estados Unidos e da antiga URSS. E só na parte final do processo, os quatro países observadores (Portugal, França, Grã-Bretanha e EUA) surgiram a dar o empurrão final. O trabalho acabou por ser reconhecido quando a Itália o indicou, em Junho passado, para participar no chamado "grupo de Minsk" da CSCE, para preparar a conferência de paz sobre o Nagorno-Karabakh. ■

"Tiny" Rowlands

O homem da Coroa

SENTADO À mesa, ao lado do Cardeal D. Alexandre dos Santos, estava feliz o homem a quem Chissano agradeceu o seu contributo para a paz e tratou por "o nosso amigo": era "Tiny" Rowlands, director-geral da Lonhro, multinacional britânica cujos interesses se confundem com os da própria Coroa. Aos olhos de muitos diplomatas, ele é mesmo um agente fundamental para a reconstituição da velha política londrina de influenciar os acontecimentos "do Cairo ao Cabo". Durante três anos, tentou sentar Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama à mesma mesa e, com a ajuda do seu amigo Mugabe, acabou por conseguir. Prometeu ainda garantir a fácil circulação entre o Zimbabwe e o porto da Beira; e a seguir — ele próprio o revelou, ufano, em Villa Madama, em Agosto, perante um correspondente da Reuter e o enviado do PUBLICO — tratará de conseguir a reconciliação nacional no Sudão, entre o coronel John Garang e a junta militar de Cartum. E, se no passado recente foi um dos "pacificadores" de Moçambique, não será surpresa que seja também um protagonista do futuro imediato: sobretudo no seu campo, o económico. ■ J.M.

António Sennfelt

O observador "imprescindível"

UM DOS elementos fundamentais dos últimos meses de negócios em Roma foi o observador português António Sennfelt, representante pessoal do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso.

António Sennfelt, 51 anos, é licenciado em germânicas e foi chefe de gabinete do secretário de Estado da Cultura, David Mourão Ferreira, durante o VI Governo Provisório e o I Constitucional. Depois, esteve colocado na embaixada de Portugal em Bona e nos serviços de Defesa e Segurança, participando depois — em Viena — nos trabalhos da CSCE, no respeitante ao controlo de armamentos.

Em princípios de 1992, encarava abandonar a diplomacia quando Durão Barroso o convidou para a mediação que tantas dificuldades estava a ter para conciliar as suas partes que desde o início de 1977 se guerreavam em Moçambique.

Sennfelt, um homem de formação germânica, que nunca estivera em África, saiu-se bem do desafio, tendo o seu contributo sido considerado "imprescindível" para salvar muitas situações bem difíceis que a par e passo se iam levantando.

Agora, uma vez feita a paz, ainda não sabe ao certo se se retira mesmo da carreira ou se as Necessidades lhe farão novos desafios. ■ J.M.

PÚBLICO SÁBADO, 3 OUTUBRO 1992

Guiné-Bissau só vai às urnas em 93

O MOVIMENTO Bafatá é talvez hoje em dia o partido com maior implantação na Guiné-Bissau — afirmaram na semana passada ao PÚBLICO, de passagem por Portugal, dois antigos quadros do PAIGC, Manuel Rambout Barcelos e Agnelo Regala, que, até ao ano passado, desempenharam funções respectivamente de ministro da Educação e de secretário de Estado da Informação.

Não estão criadas as condições para que se cumpra a vontade do PAIGC de fazer as eleições já no fim deste ano, primeiro as presidenciais e depois as legislativas. As leis estão atrasadas e o processo eleitoral só deverá começar em 1993, desejando a oposição que se efectuem primeiro as legislativas e só depois as presidenciais — declarou-nos Regala, secretário-geral do novo Partido para a Renovação e Desenvolvimento (PRD), que espera ser legalizado dentro de poucos dias.

Esta formação teve origem num grupo de militantes do PAIGC, os "121", que durante muito tempo tentaram que as mudanças internas do regime fossem mais profundas; até que viram ser isso impossível e desistiram — explicou Barcelos, membro do secretariado do PRD, grupo que tem como presidente da Comissão Nacional um antigo ministro da Saúde, João da Costa.

A jovem formação, uma das muitas que estão a proliferar na Guiné-Bissau, deseja coligar-se com outras, pois entende que só na unidade é que a coligação será capaz de derrotar o partido que em 1973 proclamou unilateralmente a independência do país, onde hoje vivem cerca de um milhão de africanos.

"A África precisa de uma camada de dirigentes que pense gerir de maneira diferente. Uma boa direcção terá melhor capacidade negocial (face às potências do Hemisfério Norte) e saberá utilizar melhor as ajudas" — considerou Manuel Barcelos, que acompanha Regala na visita que está a ser efectuada a Portugal para uma melhor explicação da situação guineense.

"Não há uma vontade política muito clara da parte do partido no poder para eleições claras e transparentes" — disseram aqueles políticos, repetindo o que já temos ouvido a dirigentes do Movimento Bafatá, da Frente Democrática, da Frente Democrática Social e de outras formações guineenses.

A dificuldade em combater o monopólio do PAIGC está porém em que a oposição se enfraquece nas querelas entre si, em vez de conseguir alianças e de tentar plataformas comuns a mais do que um grupo — reconheceram os entrevistados, segundo os quais sem um candidato único das forças oposicionistas será difícil impedir a continuação de João Bernardo Vieira à frente do Estado.

"O Presidente constitui um dos maiores factores de instabilidade do país, porque a vontade de se manter no poder levou-o a fazer apostas que não eram do interesse geral" — disse Regala, enquanto o colega acrescentava: "A sua melhor postura seria não se apresentar às eleições".

Os dirigentes do PRD guineense, que adoptou o laranja como sua cor, defendem a integração africana e declaram-se dispostos a abdicar de algumas questões de soberania dos estados herdados do colonialismo para benefício geral das populações, dizendo que as lideranças do futuro deveriam ser as mais capazes, independentemente de cada um ter nascido no Senegal, na Guiné-Bissau, na Gâmbia ou na República da Guiné.

"As fronteiras virão a ter menos significado. É preciso tornar as fronteiras menos fronteiras" — afirmam os antigos colaboradores de "Nino" Vieira, que apostam nos blocos regionais, como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e já não dão tanta importância à antiga solidariedade (essencialmente política) entre os cinco países africanos de língua oficial portuguesa. ■

Jorge Heller

PÚBLICO SÁBADO, 3 OUTUBRO 1992

• DE KLERK FAZ APELO

Numa nota escrita, enviada ontem à agência Lusa, o Presidente sul-africano Frederik de Klerk apela a todas as partes envolvidas no processo eleitoral em Angola para que aceitem os resultados que saírem das urnas. Para além de exortar à "aceitação do resultado final por parte de José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi", De Klerk felicita o povo angolano pelo "modo responsável que caracterizou a campanha eleitoral e as próprias eleições", e classifica como "encorajador" o primeiro pleito multipartidário naquele país. A terminar a sua mensagem, o Presidente sul-africano volta a apelar à liderança angolana no sentido de dar prioridade à reconciliação nacional, repetindo o teor das mensagens que fez chegar a Eduardo dos Santos e a Jonas Savimbi no passado dia 16 de Setembro.

PÚBLICO QUARTA-FEIRA, 30 SETEMBRO 1992

Bantustões apoiam Buthelezi

UMA FRENTE comum contra os acordos Governo/Congresso Nacional Africano (ANC) foi ontem formada na África do Sul, na sequência de um encontro-surpresa entre os dirigentes dos três "homelands" (territórios negros) que mais se têm oposto ao ANC. Após uma reunião em Mmabatho, capital do Bophuthatswana, Mangosuthu Buthelezi (KwaZulu), Lucas Mangope (Bophuthatswana) e o general Oupa Gpozo (Ciskei), anunciaram a decisão de convocar "logo que possível" todos os opositores ao acordo. O líder do Inkatha, Buthelezi, anunciou no domingo que suspendia todas as negociações com o Governo sobre o futuro do país, após a cimeira entre De Klerk e Nelson Mandela. ■

Incêndio polui subúrbio de Joanesburgo

PÚBLICO SÁBADO, 3 OUTUBRO 1992

A RHONE Poulenc, uma gigante francesa da indústria farmacêutica, foi posta em causa devido ao incêndio de um dos seus entrepostos que provocou a emissão de fumos tóxicos, provavelmente cancerígenos, na África do Sul. O armazém, com uma área construída de mil metros quadrados, situado em Modrand, perto de Joanesburgo, pertencia a uma filial da casa mãe e foi destruída pelas chamas na noite de 18 para 19 de Setembro. Os bombeiros chegaram cerca das 3h20 da manhã mas os seguranças da empresa não os avisaram de nenhum perigo. As equipas combateram as chamas durante uma hora, respirando fumos tóxicos sem protecção, segundo o director-geral da Rhône Poulenc, Simon Grimbeek. Pelos menos 18 de entre eles foram hospitalizados, queixando-se de náuseas. Só quando os médicos detectaram no seu sangue indícios de compostos incluídos nos insecticidas, o veterinário da empresa, Arthur Wellington, forneceu detalhes sobre cinco produtos químicos tóxicos. Muitos habitantes da zona têm-se, entretanto, queixado de náuseas, dificuldade de visão e diarreias. A polícia está a investigar a possível ligação entre o incêndio e a morte de um homem reservista, que não tinha antecedentes médicos. ■

FOLHA DE SÃO PAULO - 06/10/92

Paz em Moçambique

Uma guerra civil pouco lembrada nos noticiários internacionais —mas que, em 16 anos, deixou um saldo assustador de mais de 1 milhão de mortos— foi finalmente suspensa com recente acordo de paz firmado entre o governo de Moçambique e a organização rebelde Resistência Nacional Moçambicana (Renamo).

É evidente que a normalização efetiva do país ainda depende da disposição das partes de implementar o acordo até suas últimas consequências. O alerta é pertinente diante do exemplo de Angola (recém-saída de uma guerra civil e de eleições), onde há ameaça de reinício dos combates com a acusação do antigo líder rebelde Jonas Savimbi, de que sua derrota nas urnas foi fraudada.

Isso, de todo modo, não ofusca a importância histórica do acordo. Uma das nações mais pobres do mundo (com uma renda per capita de US$ 100, contra cerca de US$ 2.200 no Brasil), Moçambique tem, com a paz, uma chance para começar afinal a caminhar no sentido do crescimento e da consolidação da democracia.